

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA FERNANDA MILESKI DE PAULA

A CRIANÇA DO PORTA-RETRATO:
UM LIVRO-REPORTAGEM SOBRE CRIANÇAS TRANSGÊNERAS E SUAS
FAMÍLIAS

CURITIBA

2018

MARIA FERNANDA MILESKE DE PAULA

A CRIANÇA DO PORTA-RETRATO:
UM LIVRO-REPORTAGEM SOBRE CRIANÇAS TRANSGÊNERAS E SUAS
FAMÍLIAS

Documento monográfico apresentado ao curso de Graduação em Comunicação Social – Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná (SACOD-UFPR), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Fernandes

CURITIBA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL
DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

NOME DO ALUNO(A): MARIA FERNANDA MILESKI DE PAULA

TÍTULO: A criança do porta-retrato: um livro-reportagem sobre crianças transgêneras e suas famílias.

LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR,
realizada na sala 01, no dia 04/12/18, às 17h00.

BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES	NOTA
JOSÉ CARLOS FERNANDES (orientador)	100
VALQUIRIA MICHELA JOHN	100
CRISELLI MONTIPÓ (convidada)	100
MÉDIA FINAL:	100

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
JOSÉ CARLOS FERNANDES	<i>José Carlos Fernandes</i>
VALQUIRIA MICHELA JOHN	<i>Valquiria John</i>
CRISELLI MONTIPÓ	<i>Criselli Maria Montipó</i>

Curitiba, 04 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

De início, agradeço à minha mãe, Dalita Aparecida Mileski de Paula, mulher que me ensinou a ir e mais longe, me ajudou nas escolhas da vida, incentivou meus desafios e sempre torceu pelas minhas conquistas. Agradeço ao meu pai, Carlos Alberto Batista de Paula, que me apoiou nessa trajetória, acredita nos meus sonhos e não mediu esforços até para me acompanhar em entrevistas. Meu agradecimento à minha irmã Cecília Mileski de Paula, que mesmo na sua adolescência não reclama em ouvir meus relatos de experiências jornalísticas e me ajudou em decupagens e revisão deste trabalho.

Ao meu amigo e orientador José Carlos Fernandes, que acreditou em mim e neste Trabalho de Conclusão antes mesmo de me tornar sua orientanda. Com sua competência intelectual e ética, e com seu afeto e sensibilidade, agradeço por ter me guiado não somente neste um ano de orientação, mas durante os quatro anos de graduação. Aproveito para agradecer a professora Valquíria Michela John, que participou da minha pré-banca, leu o meu trabalho com dedicação e deu sugestões muito importantes.

Agradeço às minhas amigas e amigos, em especial a Thaiany Osório, Maria Melora Moura, Mariana Wiedmer Fachini e Larissa Abrão, pela valiosa amizade, pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho, e por fim, pelas palavras de conforto, confiança e opiniões sobre meu livro. Deixo aqui meu agradecimento especial à minha amiga Hellen Vaz da Silva, que com seu olhar de professora, apaixonada pela educação, leu alguns capítulos do meu livro, opinou sobre o design gráfico e deu suas importantes opiniões. Também agradeço profundamente ao meu querido amigo Pedro Macedo, pessoa admirável e de coração grande, me ajudou neste trabalho mesmo diante de seus afazeres da faculdade.

Aos meus entrevistados que reservaram um tempo na sua agenda para conversar comigo - alguns até abriram a porta de suas casas, me receberam em seus locais de trabalho e permitiram que eu conhecesse seus filhos e neto -, muito obrigada. Vocês foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Obrigada à Erica pelas ilustrações caprichadas do meu livro-reportagem, e à Georgia pelo olhar sensível e criterioso com o design gráfico. As duas sempre foram atenciosas e disponíveis em ouvir e atender minhas ideias, em conversar e também

apresentar outros olhares sobre a composição visual do livro. Isso fez toda a diferença.

Por fim, agradeço às brasileiras e brasileiros que oportunizaram a mim, e aos meus colegas de graduação, estudar em uma universidade pública, a Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

A percepção da transgeneridade ainda na infância tende a trazer implicações psicológicas e sociais severas para as crianças e para seus pares – em especial os pais. Segundo especialistas, ser transgênero se configura como a não identificação da identidade de gênero com o sexo biológico do nascimento. As primeiras atitudes ou sinais de não conformidade com o sexo biológico podem surgir na infância, por volta dos 3 ou 5 anos. Quando os pais abrem espaço para o reconhecimento da identidade de gênero de seus filhos ou filhas - quando crianças e na adolescência -, são em geral criminalizados pela sociedade, sob acusações envoltas de ignorância e preconceitos. O livro-reportagem produzido como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende apresentar algumas questões presentes na vida de crianças transgêneras, bem como relatar histórias de pessoas trans e suas famílias. O objetivo é criar bases de informação e contribuir na quebra de tabus que nascem, principalmente, da falta de conhecimento sobre a transgeneridade e identidade de gênero. Neste documento monográfico, apresenta-se uma fundamentação teórica que foi base da pesquisa para a produção jornalística e também parte da apuração de informações que foram confrontadas e confirmadas nas entrevistas realizadas.

Palavras-chave: Livro-reportagem. Infância. Transgênero. Identidade de gênero.

ABSTRACT

The perception of transgenderism in childhood tends to produce critical psychological and social implications for children and their partners - in special, their parents. According to experts, being a transgender person set up as not identifying with the gender identity of the biological sex from born. The firsts steps or signs of non-accordance with the biological sex can arise in the children around 3 or 5 years old. When parents recognize the gender identity of their children - either they are younger or teenagers -, they tend to be criminalized by society, with indictments full of ignorance and prejudice. This book made as a graduation paper intends to analyse some questions present in the lives of transgender children, as well as to narrate stories of trans people and their families. The main objective is to create foundations of information and contribute to breaking taboos that are essentially built because of lack of acknowledging about transgenderism and gender identity. In this monograph document, I bring forward a theoretical grounding that was used as a base to the journalistic production and also in parts of the establishing of pieces of information that were confronted and confirmed during the executed interviews.

Keywords: Book. Childhood. Transgender. Gender Identity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESCALA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE BENJAMIN PARTE 1	18
FIGURA 2 – ESCALA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE BENJAMIN PARTE 2	19
FIGURA 3 – ESCALA DE KINSEY.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

DSM	- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
CID	- Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
TGEu	- ONG Transgender Europe
Antra	- Associação Nacional de Travestis e Transexuais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
Amtigos	- Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual
LGBTQ+	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Queers. O + significa todo o espectro de gênero e sexualidade não descrito na sigla

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	JUSTIFICATIVA.....	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	TRANSGENERIDADE	11
2.1.1	Gênero, sexo e orientação sexual	13
2.1.2	Marcos históricos da transgeneridade	17
2.2	SER TRANSGÊNERO NO BRASIL.....	20
2.2.1	Quase um vazio de dados	22
2.2.2	Violência no Brasil	23
2.3	CRIANÇA E ADOLESCENTE TRANS	25
2.4	JORNALISMO LITERÁRIO	28
2.4.1	Livro-reportagem	31
2.4.2	Livro Digital	33
3	METODOLOGIA.....	35
3.1	PÚBLICO-ALVO	35
3.2	ETAPA DE APURAÇÃO PARA LIVRO-REPORTAGEM.....	36
3.3	DESCRIÇÃO DO PRODUTO:LIVRO-REPORTAGEM.....	38
3.3.1	Organização do livro.....	38
3.3.2	Entrevistados	40
3.3.3	Projeto visual	41
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE	49
	ANEXO 1	80
	ANEXO 2	81

1 INTRODUÇÃO

Existem muitos tabus e falta de informação sobre crianças e adolescentes transgêneros. A infância é acompanhada por uma série de pré-concepções sobre o que é certo e errado. Maior ainda é a discussão sobre as crianças transgêneras, que estão em constante embate para legitimar sua identidade.

Transgênero é o termo que descreve a pessoa cuja identidade de gênero não está de acordo com o sexo biológico de seu nascimento. Sendo assim, é uma característica desenvolvida pelos indivíduos desde muito cedo. Elizabeth Zambrano (2011) explica que a pessoa transgênera deseja viver socialmente, colocando em prática a experiência de si, como a do sexo oposto a seu sexo biológico.

Importante ressaltar uma associação muito comum e que desencadeia os inúmeros preconceitos existentes sobre transgêneros: identidade de gênero não tem a ver com orientação sexual.

Gênero e sexo são dois termos que, socialmente, são construídos de forma equivalente. Daí aparecem complicações, principalmente quando a palavra “sexo” designa tanto o gênero quanto o ato carnal. Dessa associação surgem os preconceitos e tabus sobre a comunidade trans, que também respingam sobre as crianças trans, que não manifestam sua sexualidade, mas sim seu gênero. Judith Butler pondera que:

Quando o status construído de gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2013, p.24).

Na literatura médica, os relatos sobre a transgeneridade existem desde o século XIX. Ainda assim, as pessoas trans eram confundidas com homossexuais. Em contrapartida, foi na década de 20 que o termo transgênero deu seus primeiros passos para ser entendido como é atualmente. A concepção de identidade transexual, quando surgiu, foi diretamente submetida ao discurso médico-psiquiátrico. As principais referências foram: o endocrinologista e sexólogo Harry Benjamin, o psicólogo e sexólogo John Money e o psiquiatra Robert Stoller (LANZ, 2015). Nessa época, surgiu na Europa a cirurgia de redesignação sexual.

A partir de 1980, passaram a constar no Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM)¹ os termos “transexualismo” e “transtornos de identidade de gênero”. Dessa classificação, especialistas dividem opiniões. Por um lado, a colocação no manual possibilitou que a transgeneridade passasse a ser considerada no sistema público de saúde. De outro, os termos passaram a ser classificados oficialmente como patologias.

Andrew Solomon (2013) lembra que, sem o diagnóstico médico, uma cirurgia de redesignação sexual se torna um tipo de cirurgia estética e pode ser entendida pelos “críticos” como um modismo. Em contrapartida, Elizabeth Zambrano (2011) reforça que o discurso médico é heteronormativo. Sendo assim, descreve para transexuais uma “‘identidade’ forjada em uma patologia, portanto, fora das regras da heterormatividade” (ZAMBRANO. In: BOKANY; VENTURI, 2011, p.104).

Do século passado para o XXI, a transexualidade ainda se encontra na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), da Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, em 2018, com a nova versão da classificação, identidade trans e travestis foram transferidos para o capítulo *condições relativas à saúde sexual*.

O gênero é uma construção social, que é definido desde o nascimento. Transgêneros demonstram que sua identidade de gênero não está alinhada com seu sexo biológico já quando crianças, seja por desejar usar roupas do gênero oposto ou por questionar seu próprio gênero constantemente. Márcia Arán (2009) colabora com esta definição ao caracterizar a transexualidade como o sentimento intenso de não pertencimento ao sexo anatômico. Outro comportamento que indica a transgeneridade é ter vergonha da sua imagem e não gostar de se olhar no espelho, principalmente nu. Na puberdade, quando se encontra fora da obrigatoriedade de obedecer aos pais, pessoas transgêneras preferem usar roupas unissex e que cobrem o corpo.

Fora as indicações comportamentais, crianças transgêneras podem ser tristes e antissociais. Isso porque, a infância e a adolescência tendem a serem fases difíceis e abusivas, pela represália social sofrida a partir de algumas famílias, por colegas da escola e pela sociedade em geral. Assim é identificado o problema que

¹ O DSM é um manual internacional que lista em categorias os transtornos mentais existentes.

este trabalho busca discutir: o processo de reconhecimento social na criança transgênera.

Aos pais, há duas possibilidades, não reconhecer que o filho ou filha pode ser trans ou, dar apoio para expressar a identidade de gênero da pessoa, oferecer a possibilidade do acompanhamento psicológico e futura cirurgia de redesignação. É importante afirmar que o atendimento com psicólogo também investiga se a criança é transgênera ou não.

Márcia Arán (2006) cita a teórica Colette Chiland e ressalta a importância do apoio psicológico e existencial no processo. “Segundo a autora, o reconhecimento desta condição pode oferecer um espaço de acolhimento que permita uma melhor organização assim como a ampliação das possibilidades subjetivas” (ARÁN, 2006, p. 57).

A transição começa com a aceitação, tanto pela pessoa, quanto pelas famílias (isso porque a família é um agente importante no caso das crianças e adolescentes). Esse fato pode ser caracterizado pela defesa de Gagnon (2006), que destaca a influência da família no processo de construção de papéis de gênero na vivência da sexualidade.

Às crianças transgêneras, que tem abertura da família, é dada a opção da escolha sobre o desejo de usar roupas do gênero oposto para ir à escola, ser chamada por outro nome ou tomar bloqueadores hormonais que adiam a puberdade. Isso com o acompanhamento de um psicólogo especializado.

O Conselho Federal de Medicina, por meio do Parecer CFM nº 8/13, estipula em 16 anos a idade mínima para a utilização de hormônios. Antes disso, o tratamento pode começar já na infância, com o uso dos bloqueadores hormonais, dada a permissão de psicólogos e médicos.

Ainda assim, mesmo com a abertura da família, crianças e adolescentes transgêneros sofrem discriminação dos mais variados espaços sociais. A batalha maior é dentro da escola, no reconhecimento da sua identidade de gênero, mas se estende a uma discriminação na sociedade que, muitas vezes, não reconhece e não conhece o conceito de gênero, o que gera uma cultura sexista.

No país classificado como que mais mata pessoas transexuais no mundo (segundo dados da ONG Transgender Europe (TGEu), de 2018), o objetivo principal deste Trabalho de Conclusão de Curso é dar visibilidade ao tema Transgeneridade na Infância por meio de um livro-reportagem. Além de criar bases de informação

sobre crianças transgêneras e a própria transgeneridade. Outros objetivos do trabalho são: reconhecer alguns tipos de violência presentes na rotina de uma criança transgênera em meio à família, na escola e socialmente; colher depoimentos de famílias de crianças transgêneras e retratá-las no livro; e compreender os processos de coleta de informações e produção de um livro-reportagem.

1.1 JUSTIFICATIVA

O interesse em conhecer algo não é inocente. Tampouco é inocente demonstrar um conhecimento em uma produção como um livro-reportagem. As relações entre um objeto de conhecimento e um sujeito tem sentido. Nesse caso, “identidade de transgêneros” não pode ser apreendida somente a partir dos saberes da psicologia, sociologia ou medicina.

É papel do jornalismo produzir informações sobre o assunto. Isso porque, segundo Carlos Alberto de Carvalho (2012), o jornalismo ao invés de somente espelhar a realidade, também participa da construção social dela, tornando-se ator social.

No país que mais mata transexuais no mundo, o desconhecimento de informações sobre transgêneros não acontece pela ausência de conteúdo. Com a maior abertura social sobre o tema, é compreensível a ascensão da discussão sobre “pessoas transexuais”. Em mapeamento realizado da edição impressa do jornal Folha de S.Paulo entre janeiro de 2017 a novembro de 2018, descobriu-se que foram publicadas cerca de 45 reportagens sobre a temática de identidade de gênero, apresentando uma crescente de pautas afirmativas sobre a população gênero-divergente.

Ainda sim, a falta de conhecimento é um dos fatores que gera a discriminação. Elizabeth Zambrano (2011), em análise à pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil” defende que o nível de intolerância contra grupos LGBTQ+ evidencia que a homofobia no Brasil é maior que o racismo. Na pesquisa, em torno de 8 a 10% dos entrevistados declarou sentir repulsa ou ódio por grupos de pessoas com identidade de gênero ou orientação sexual divergente, enquanto que, não houve registro de repulsa ou ódio por negros.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) divulgou em 2018 o *Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais em 2017*, que apresentou a estimativa de uma morte a cada 48 horas dessa população no Brasil. Diante disso, as informações difundidas socialmente partem de uma excessiva simbolização das identidades de mulheres e homens. A produção de verdades e de um discurso que ignora ou marginaliza a comunidade trans provoca a exclusão.

Quando o foco são crianças transgêneras, as informações são mais difusas. A percepção que advém principalmente da ignorância social sobre o tema é que elas estão “passando por uma fase”. A falta de conscientização e de informação sobre pessoas trans torna mais suscetível situações e discursos discriminatórios.

Desde muito cedo, a questão de gênero assume um caráter altamente opressivo na vida das pessoas transgêneras, deixando para sempre, em todas e em cada uma, as marcas profundas da repressão e da violência, real e simbólica, sofridas em casa, na escola, no trabalho e na comunidade em geral. (LANZ, 2015, p 124).

Famílias de crianças transgêneras, que possibilitam que o filho expresse o gênero a que se identifica, comumente enfrentam discursos discriminatórios e acusações de negligência. A expectativa de que a criança corresponda às atitudes dos gêneros determinados socialmente para elas, sem considerar a identidade, é via de regra. Andrew Solomon (2013, p.753) aborda que “pais têm razão em ter medo por seus filhos transgêneros. O nível do preconceito é inimaginável para quem nunca enfrentou o problema.”

Pais que possibilitam às crianças uma abertura para superar os papéis tradicionais de gênero, independente se transgêneras ou não, criam filhos menos vulneráveis às emergências da vida e mais afirmativos socialmente.

A proposta do livro-reportagem em formato de livro digital é retratar a perspectiva da transgeneridade na infância, juntamente com relatos de crianças transgêneras e seus pais. O espaço do livro é para proporcionar a representação delas com humanidade e livre de preconceitos. Uma forma de ir contra a maré no que se refere também à criminalização da família.

Em Curitiba, capital paranaense que está em 15º lugar no ranking nacional de assassinatos de transexuais e travestis², abordar esta temática e contar relatos

² Dado foi divulgado no Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais em 2017, da Antra.

de pessoas transgêneras é abrir uma possibilidade que ainda não foi dada nesta proporção. Isso porque, existem poucas obras que tratam deste assunto, principalmente jornalísticas³.

³ O exemplo mais relevante de livro-reportagem brasileiro, e um dos poucos no que se refere à transgeneridade, é *O nascimento de Joyce*, de Fabiana Moraes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TRANSGENERIDADE

A palavra transgênero vem do latim *trans*, que significa do lado oposto/além. Para Letícia Lanz (2015), transgênero significa o comportamento de uma pessoa de gênero-divergente, que apresenta divergência entre sua expressão de gênero e as normas socialmente aceitas pela categoria de gênero que recebeu ao nascer.

Para explicar a conceituação de transgênero, faz-se necessário trazer o conceito da palavra cisgênero (do latim *cis*, que significa do mesmo lado ou em conformidade com). O indivíduo cisgênero tem a expressão de gênero convergente com a categoria de gênero que recebeu ao nascer, e quando “sua conduta psicossocial, expressa nos atos mais comuns do dia a dia, está inteiramente de acordo com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico” (LANZ, 2015, p. 72).

Na gênese, um dos primeiros caminhos é considerar a psicanálise como o mote para compreender os papéis de gênero e formação das bases para as interações sociais. Freud⁴ (1933 apud LANZ, 2015) se referiu a uma constituição humana da psicossexualidade e afirmou que a primeira distinção feita de uma pessoa é se ela é homem ou mulher, sendo possível distingui-los sem nenhum esforço. Em contrapartida, Tatiana Lionço (2006) coloca que, psicossexualidade e a pulsão de Freud, estabelecem uma relação de separação e vínculo entre corpo e as representações psíquicas e sociais, que dão sentido para a experiência própria de uma pessoa. Essa tensão se torna importante e indicadora dos processos de subjetivação.

Freud considerava que a sexualidade humana pode ser desvinculada do propósito de reprodução das espécies. Isso significa uma abertura para as possibilidades de construções subjetivas do gênero (LIONÇO, 2006). Caracteriza a pulsão, marcada pelo tensionamento entre a natureza biológica e a satisfação com o próprio corpo.

As proposições de Freud abrem espaço para que se faça uma conexão sobre a identidade de gênero da pessoa transgênera. Para Freud, os homossexuais,

⁴ No artigo *Femininity*, publicado no livro *New Introductory Lectures on Psycho-Analysis*, do ano 1933.

por exemplo, estabelecem sua opção pela força de identificação imaginária feminina de sua mãe. De acordo com Judith Butler (2017, p. 164) “há uma razão necessária, é claro, por parte de determinado tipo de lógica psicanalítica. Na opinião de Freud, nós nos tornamos o que não podemos ter, e desejamos (e punimos) o que somos obrigados a negar.”

Portanto, a psicanálise entende que, mães de transexuais posicionam seus filhos como extensão delas mesmas. Dessa forma, na vertente da psicanálise, o gênero se dá em duas concepções: a confluência do individual e as relações sociais configuradas por “afluentes históricos”.

Passando para uma perspectiva sociopolítica de gênero, há duas categorias existentes: homem e mulher ou masculino e feminino. Esses são gêneros binários⁵. Os gêneros não binários caracterizam-se a partir de pessoas cuja classificação de gênero não se limita ao masculino e feminino. Judith Butler (2000) refere-se aos gêneros divergentes, que vão contra as normas binárias. Para a filósofa a construção de gênero atua através de meios excludentes que recusa a possibilidade de articulação social de pessoas não binárias.

A pessoa que transgredir o dispositivo binário de gênero torna-se sociodesviante da conduta socialmente estabelecida. Sobre isso, Letícia Lanz comenta:

Essas normas estabelecem, por exemplo, que homens não devem vestir-se maquiar-se ou comportar-se socialmente como mulheres. Diante dessa interdição, independente dos motivos que o levam a isso ou da frequência com que o faz, um homem se veste como mulher, buscando expressar-se como mulher, está claramente transgredindo as normas de conduta do dispositivo binário de gênero. (LANZ, 2015, p.69).

As normas a que Lanz se refere revelam estereótipos e padrões de comportamento que são apresentados às pessoas como naturais. As pessoas que não se encaixam nesses padrões sofrem. Pessoas transgêneras e seu interior não correspondem a essas normas:

⁵ Gêneros binários é o termo que se refere a classificação de gênero em apenas duas formas distintas: mulher/feminino e homem/masculino.

O gênero é a fonte de todo o sofrimento imposto às pessoas transgêneras. Não existe nada parecido com essa “centralidade” neurótica e obstinada das questões de gênero na vida das pessoas cisgêneras. Mas o problema é que esses estereótipos de gênero - e, portanto, o próprio gênero - nunca, ou só muito raramente - são apontados como sendo a razão principal do sofrimento das pessoas transgêneras, que preferem fazer das tripas coração para adaptar-se a eles, acreditando que elas é que são inadequadas - não os estereótipos. (LANZ, 2015, p 125).

Os comportamentos transgêneros sofrem interferências de inúmeros fatores, que também fazem parte da construção histórica do termo, como a genética, a linguística, a psicologia, a sociologia, a antropologia, a religião, entre outros. De uma construção social, concorda-se hoje que: ser transgênero não é um processo de transformação. Ou seja, ninguém torna-se ou escolhe ser transgênero.

Em artigo para o jornal Folha de S. Paulo, Judith Butler teoriza que as atribuições de gênero são transmitidas desde a infância. As pessoas que têm uma percepção de si mesmas diferente das expectativas sociais, pelas atribuições de gênero que lhes foram dadas, são aquelas sujeitas a sofrimento.

No entanto, até que a pessoa entenda o sentimento vazio em relação ao seu corpo e a não conformidade de pertencimento ao seu gênero biológico, o processo pode levar um tempo. E quando acontece, não significa a aceitação automática da sua condição. Santos (2017) coloca que, para a pessoa transgênera, é uma experiência de dor e sofrimento, principalmente em meio às expectativas de mudanças no corpo. Também é preocupante o momento de assumir à família e sociedade a não identificação com o gênero de nascimento.

2.1.1 Gênero, sexo e orientação sexual

O conceito de identidade de gênero é um campo de discussões inesgotáveis. Isso porque habita várias áreas que não só a psicologia. Existem profissionais que defendem estar sediada no campo da medicina. Há também a vertente que coloca a identidade de gênero no terreno social e cultural. Judith Butler (2013) lembra Simone de Beauvoir, quando diz que o corpo é uma situação. Para a filósofa norte-americana, o corpo pode ser interpretado por significados culturais, e será apresentado desde o começo como gênero.

O conceito de gênero, de acordo com Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (2005), surgiu de uma evolução no sentido da palavra, graças à crítica

feminista. Gênero passou a significar a construção social e cultural entre homens e mulheres. Ou seja, uma categoria socialmente construída. O gênero é, assim, uma das primeiras coisas que a pessoa conhece sobre si mesma, que consciente ou não, coloca uma percepção sobre a preferência de comportamentos, gostos e opiniões pessoais.

Na esteira do entendimento sobre “gênero”, passa também o conceito de “sexo” e “orientação sexual”. Isso pode significar uma confusão da compreensão social dos termos. Primeiramente de maneira simplificada: gênero refere-se ao social - homem/masculino e mulher/feminino; sexo refere-se ao órgão genital - macho, fêmea e/ou intersexual e nulo; e orientação sexual refere-se à preferência afetiva - homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual, entre outros.

O não conhecimento desses termos leva a aplicação deles de forma equivocada. Sexo e gênero são, frequentemente, entendidos como se fossem a mesma coisa. Sendo assim, entende-se que as pessoas nascem como homem ou mulher, sem ser passível o sentimento de não conformidade com o corpo. Simone de Beauvoir (1987) reforça que a humanidade se divide em duas categorias de indivíduos, que podem ser percebidas pelas roupas, atitudes, interesses e ocupações diferentes.

Santos (2017) coloca que, nesse sentido, o conceito de gênero fez surgir questionamentos das hierarquias entre feminino e masculino, da mesma forma que, provocou a desestabilização do dispositivo binário de gênero. Isso pode ser melhor observado pela teorização de Joan Scott (1995, p. 86): “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder.”

O cruzamento de informações entre os termos “sexo” e “gênero” também é relatado por Fernando Seffner (2011), que defende haver a conexão entre gênero e orientação sexual. A sua hipótese é de que essa configuração pode produzir situações de vulnerabilidade social. “Em outras palavras, acarretam tipos diversos de agravos e desrespeitos, manifestações de estigma e discriminação” (SEFFNER. in: BOKANY; VENTURI, 2011, p. 39).

Letícia Lanz (2015) aborda que a diferenciação entre os conceitos de “gênero”, “sexo” e “orientação sexual” foram introduzidos pelo ativismo feminista⁶, que por sua vez, foi o ponto de partida para o ativismo transgênero.

Andrew Solomon (2013) concorda ao relatar que os movimentos sociais foram decorrentes: primeiro foi o movimento pela liberdade religiosa, seguido pelo voto feminino e direitos raciais, para por fim chegar ao movimento de liberação gay e direitos dos deficientes. Os primeiros movimentos ganharam força em primeiro lugar, possibilitando a abertura e também um padrão para os outros movimentos que se seguiram, como o movimento trans.

Para entender melhor essa abertura e a definição sobre os conceitos de “gênero”, “sexo” e “orientação sexual” pelo movimento feminista, descreve-se aqui as abordagens presentes nas “ondas” do feminismo:

A abordagem essencialista coloca o gênero e sexo como uma mesma coisa, resultado de determinantes biológicos. A mulher nasce com características femininas, que se fez possível por ela ter nascido “fêmea”. Os conceitos dessa abordagem contemplam discursos tradicionais e conservadores da biologia, da medicina, da psiquiatria e da psicologia. Para Letícia Lanz (2015, p. 51), essa abordagem “trata-se, assim, de uma linha de argumentação que rejeita, desautoriza ou, pior ainda, patologiza as pessoas transgêneras.”

A abordagem construtivista aponta que o gênero não tem vínculo genético, mas é socialmente aprendido, e de maneira condicionada. O gênero - mulher e homem e feminino e masculino - é inventado e reforçado pela sociedade. Meninos e meninas sofrem interferências de estereótipos de gênero, para adquirirem as características de feminilidade ou masculinidade, de acordo com o sexo biológico. Esta abordagem abriu espaço para a adoção ou não das normas de conduta e dos papéis de gênero. Sendo assim, pessoas transgêneras tiveram um espaço para sua expressão. Guacira Lopes Louro (1997, p.15) comenta que “no debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado e seus críticos e críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.”

Por fim, a abordagem pós-estruturalista implementou uma luta pela desconstrução dos significados sociopolíticos dos conceitos de gênero e sexo. Aqui,

⁶ O ativismo feminista surgiu de manifestações das mulheres pela igualdade política e jurídica entre os sexos. A primeira onda do feminismo começa com o movimento de mulheres no final do século XIX, marcado pela reivindicação de direitos iguais de cidadania (direito à educação, posses de bens e divórcio, por exemplo). O auge foi a luta sufragista pelo direito ao voto feminino.

a instrução é que gênero não devesse ser concebido como inscrição cultural num sexo pré-determinado. A rejeição da base biológica para as diferenças de gênero é a premissa. “Assim os meios discursivos e culturais através dos quais a ‘natureza sexuada’ ou o ‘sexo natural’ são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos, são anteriores” (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 87).

Na esteira das ondas feministas, Judith Butler⁷ (1990b apud Lanz, 2015) afirma que a cultura constrói discursos normatizadores da conduta social, que tem premissa principal o sexo dos indivíduos. Além de nascer mulher, é preciso tornar-se mulher, por meio de um condicionamento que responde a um modelo histórico. Esse modelo, por sua vez, evidencia condições para que seja colocado em prática um projeto corporal. Por isso a ideia de que o gênero vem acompanhado de um mecanismo, através do qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas.

É Judith Butler quem teoriza sobre poder e identidade de gênero. O efeito psíquico do poder social está na formação do sujeito e na sua condição de existência. Assumir o poder não é um processo simples. Segundo Butler (2017, p.30) “assumir termos de poder que nunca criamos, mas aos quais somos vulneráveis e dos quais dependemos para existir parece apontar para uma submissão mundana na base da formação do sujeito.”

A produção das identidades de gênero e também sexuais está diretamente envolvida com relações de poder na sociedade, que posicionam homens e mulheres numa hierarquia, liderada na sociedade atual mais comumente por homens. Segundo Fernando Seffner (2011), os postos de poder são frequentemente ocupados pelos homens heterossexuais. Nos últimos anos, as sociedades têm experimentado mudanças (ainda que poucas) nesta perspectiva. Butler completa:

A reiteração do poder não só temporaliza as condições de subordinação como também mostra que essas condições não são estruturas estáticas, mas temporalizadas - ativas e produtivas. A temporalização realizada pela reiteração segue a rota pela qual a aparência do poder se desloca e se inverte: a perspectiva do poder muda daquilo que sempre age sobre nós a partir de fora e desde o princípio para o que constitui o senso de ação nos nossos atos presentes e a futura extensão de seus efeitos. (BUTLER, 2017, p. 25).

⁷ No livro *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, publicado em 1990.

2.1.2 Marcos históricos da transgeneridade

Foi na década de 20 que aparecem os primeiros relatos de cirurgia de mudança de sexo. Esses primeiros procedimentos foram associados a casos de hermafroditismo, para adequar a pessoa ao seu sexo “verdadeiro”. Até 1950, não houveram definições ou caracterizações específicas para transexuais, que surgiram pelas publicações médicas dos anos seguintes.

Segundo Dias e Zenevich (2014), foi em 1952 que um soldado norte-americano procurou apoio médico do endocrinologista dinamarquês⁸ Christian Hamburger, que fazia pesquisas com hormônios. O soldado convenceu os médicos para que realizassem a cirurgia de redesignação sexual. A cirurgia extirpou sua genitália, porém, ainda não se pensava em uma possível construção da vagina.

Como Christine, voltou aos Estados Unidos e procurou o doutor Harry Benjamin (que ficaria conhecido no futuro em seus trabalhos sobre a transexualidade). Esse atendimento gerou, em 1953, um artigo escrito por Benjamin sobre “transexualismo”. Foi neste momento que a transexualidade entrou no campo médico. Márcia Arán e Daniela Murta abordam esse caso:

Ao pesquisar sobre a genealogia do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero, não restam dúvidas de que a cirurgia realizada em Georges Jorgensen, que se tornou Christine em 1952, foi um marco para a definição da experiência da transexualidade tal como a compreendemos hoje. A midiatização da história de Jorgensen, operado por Christian Hamburger na Dinamarca e posteriormente atendido por Harry Benjamin nos Estados Unidos, vai contribuir enormemente para a reflexão sociológica sobre a identidade sexual e a construção da categoria de gênero. (ARAN; MURTA, 2009, p.24).

Foi a partir deste momento e também a partir da publicação no jornal The Daily News, que as questões sobre identidade de gênero começaram a ganhar o conhecimento do público. Para Berenice Bento (2006), isto significou o saber sendo organizado. A tarefa era, a partir dali, construir estudos que apontassem sintomas e diagnósticos para transexuais.

Harry Benjamin passou a se dedicar no estudo e teorização sobre pessoas trans. Foi ele também quem criou o termo “transexualismo”, que descobrimos hoje

⁸ Isto porque, desde 1935 a Dinamarca possuía uma lei que permitia a castração humana quando a sexualidade do paciente induzia-o a cometer crimes ou quando envolvia distúrbios mentais com acentuada gravidade.

ser equivocado. Dias e Zenevich (2014) revelam que Benjamin estudou sobre o sentimento de não pertencimento da pessoa ao sexo biológico e sobre a relação de recusa das pessoas transexuais com seus órgãos genitais. O seu estudo resultou no livro *The Transsexual Phenomenon*, em 1966.

Harry Benjamin defendeu a cirurgia de redesignação sexual como única alternativa para pessoas transexuais. Além disso, ele criou critérios para diagnosticar “o verdadeiro transexual”. Esses critérios deram origem a uma escala de orientação sexual, chamada de “*Harry Benjamin Sex Orientation Scale (S.O.S.), Sex and Gender Disorientation and Indecision (Males)*”. Nessa escala, Benjamin descreve “tipos” de transexualidade e diferencia o travesti do transexual (FIGURA 1, 2 E 3).

FIGURA 1 – ESCALA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE BENJAMIN PARTE 1

Perfil Característico	TIPO I Pseudo Travesti	TIPO II Travesti Fetichista	TIPO III Travesti Verdadeiro
Gênero percebido	Masculino	Masculino	Masculino (mas com menor convicção)
Hábitos de vestuário e vida social	Vive como homem. Vida masculina normal. Pode obter excitação sexual ocasional do ato de se vestir de mulher.	Vive como homem. Veste-se de mulher periodicamente ou em tempo parcial. Usa roupa de baixo masculina.	“Veste-se” como mulher (monta-se) constantemente ou sempre que possível. Pode viver e ser aceito como mulher. Pode usar roupas de baixo masculinas, se não tiver outra escolha.
Orientação sexual e atividade sexual	Hetero, bi, ou homossexual. Fantasias masturbatórias que envolvem “vestir-se de mulher” e “mudar de sexo”. Pode apreciar apenas vídeos e literatura (pornográfica). Escala Kinsey(*) = 1-7	Heterossexual. Raramente bi. Masturba-se com objetos e peças - fetiches - do vestuário feminino. Sente-se culpado. Afastamentos (purgas) e recaídas (urges). Escala Kinsey(*) = 1-3	Heterossexual, exceto quando montado, ocasião em que também pode tornar-se homo ou bi. Montar-se fornece satisfação sexual e alívio para o desconforto de gênero. Afastamentos (purgas) e recaídas (urges). Escala Kinsey(*) = 1-3
Cirurgia para mudança de sexo	Nunca é considerada.	Rejeitada.	Em princípio rejeitada, mas a idéia pode tornar-se atrativa
Reposição hormonal com estrógeno	Não há interesse nem indicação	Raramente desperta interesse. Pode ser ocasionalmente útil para ajudar a reduzir a libido.	Atrativa como um experimento. Pode ser muito útil emocionalmente
Psicoterapia	Não desejada e desnecessária.	Pode ser bem-sucedida em um ambiente favorável.	Se for tentada, raramente é bem sucedida se o objetivo for de “cura”.
Observações	O interesse em se vestir de mulher é apenas ocasional e esporádico.	Pode imitar dupla personalidade (masculina e feminina) com nomes masculinos e femininos.	Pode assumir dupla personalidade de homem e de mulher. Pode tender para a transexualidade.

FONTE: União Sul Goiana da Diversidade (2013).

FIGURA 2 – ESCALA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE BENJAMIN PARTE 2

Perfil Característico	TIPO IV Transexual do tipo não-cirúrgico	TIPO V Transexual Verdadeira (Intensidade Moderada)	TIPO VI Transexual Verdadeira (Alta Intensidade)
Gênero percebido	Impreciso. Variando entre TV e TS	"Feminino" (aprisionado em um corpo de homem)	Feminino. Total Inversão "psicossexual".
Hábitos, Vestuário e vida social	"Veste-se" tão frequentemente quanto possível sem obter alívio suficiente para o desconforto de gênero. Pode viver como homem ou como mulher, muitas vezes alternando entre os dois.	Vive e trabalha como mulher se possível. O ato de montar-se não produz alívio suficiente.	Pode viver e trabalhar como mulher. Apenas montar-se não produz alívio suficiente. Intenso desconforto de gênero.
Orientação sexual e atividades sexuais	Libido quase sempre baixa. Assexual ou auto-erótico. Pode ser bissexual. Pode também ser casado e ter filhos. Escala Kinsey(*) = 2-5	Baixa libido. Assexual, auto-erótico ou atividade homossexual passiva. Pode ter sido casado e ter filhos. Escala Kinsey(*) = 5-8	Se jovem, pode desejar intensamente manter relações com um macho na condição de fêmea-plena. Baixa libido ou assexual se mais velho. Pode ter sido casado e ter filhos, usando fantasias durante o intercuro. Escala Kinsey(*) = 5-8
Cirurgia para mudança de sexo	Atrativa mas não requerida ou atração não admitida	Requerida e usualmente indicada.	Indicada. Urgentemente requerida e usualmente obtida.
Reposição hormonal com estrógeno	Necessário para conforto e equilíbrio emocional	Necessária como substituto ou como preparação para a cirurgia de mudança de sexo.	Requerida para alívio parcial.
Psicoterapia	Somente como orientação e suporte; de outra forma recusada ou infrutífera	Rejeitada. Ineficaz para cura. Desejável como apoio psicológico.	Apenas apoio psicológico e psicoterapia para alívio de sintomas.
Observações	Vida e interação social dependente das circunstâncias.	Operação desejada e buscada, quase sempre alcançada.	Despreza seus órgãos masculinos. Perigo de suicídio ou auto-mutilação se frustrado por um longo período.

FONTE: União Sul Goiana da Diversidade (2013).

A Escala de Orientação Sexual proposta por Harry Benjamin foi uma resposta às críticas que este fez à Escala de Kinsey FIGURA 4 apresentada em 1948, por Alfred Kinsey (1894- 1956), sobre não contemplar a transexualidade. A Escala de Kinsey tenta descrever o comportamento sexual de uma pessoa ao longo do tempo (FIGURA 4).

FIGURA 3 – ESCALA KINSEY

(*) Escala Kinsey de Orientação Sexual

- 1 Exclusivamente heterossexual, sem qualquer experiência homossexual
- 2 Predominantemente heterossexual, mas incidentalmente homossexual
- 3 Predominantemente heterossexual, porém homossexual mais do que incidentalmente
- 4 Igualmente heterossexual e homossexual (bissexual)
- 5 Predominantemente homossexual, porém heterossexual mais do que incidentalmente
- 6 Predominantemente homossexual, mas incidentalmente heterossexual
- 7 Exclusivamente homossexual, sem qualquer experiência heterossexual
- 8 Assexual

FONTE: União Sul Goiana da Diversidade (2013).

Em 1968, John Money escreve o livro *Transsexualism and Sex Reassignment*, em que aprimora as conceituações de Harry Benjamin. O registro do gênero (estabelecido socialmente) impera sobre o registro biológico (sexo), e

Money reconhece que na transexualidade acontece um desacordo entre o gênero e o sexo do indivíduo. A partir disso, ele estabelece a expressão “disforia de gênero”.

É na década de 1980 que a transexualidade entra no catálogo de doenças do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM), e ingressa na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) em 1992. Esse é um detalhe importante, uma vez que, de acordo com Dias e Zenevich (2014) a pessoa transexual deixou de ser tratada como “devassa”, para ser “doente”. Dessa forma, a patologização, naquela época, foi bem recebida, mas passou a depender de um médico para autorizar a realização da cirurgia de redesignação.

Atualmente, o DSM está na sua quinta edição, publicada em 2015. A transexualidade aparece de forma detalhada no capítulo denominado “Disforia de gênero”, que se refere à infância, adolescência e vida adulta da/o paciente, e relata sobre a duração da disforia: inferior ou superior a seis meses.

Já em 2018, a Organização Mundial da Saúde realocou, no recente livro CID-11, a identidade trans do capítulo *transtornos mentais de identidade de gênero* para o capítulo *condições relativas à saúde sexual*. A partir dessa decisão, transexualidade aparece como incongruência de gênero, caracterizada pela incompatibilidade entre o gênero atribuído a uma pessoa e o vivido por ela.

2.2 SER TRANSGÊNERO NO BRASIL

O corpo da pessoa transgênera, equivocadamente, abre portas a muitos constrangimentos e limitações. O ser transgênero sofre conflitos internos e externos. Diante da sociedade, é a inadequação, ou o não suprimimento das expectativas, que corrobora com a exposição da pessoa trans.

Os conflitos estão presentes no dia a dia do transgênero. No aprofundamento da sua identidade, a pessoa transgênera pode optar pela cirurgia de redesignação sexual. Esta não é nem a primeira, nem a última etapa pela qual o transgênero está sujeito aos preconceitos. Para Letícia Lanz (2015), essa é uma ironia, uma vez que, o aperfeiçoamento corporal buscado pela pessoa transgênera não se difere do desejo em modificar o corpo da pessoa cisgênera. Em

contrapartida, pessoas cisgêneras não são questionadas ou condenadas pela sociedade, assim como pessoas transgêneras são.

No Brasil, a citada cirurgia de redesignação sexual é oferecida pelo Sistema Único de Saúde. Foi em 2008 que o Governo Federal oficializou as cirurgias, pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de 2008 e em 2013 pela Portaria nº 2.803. A partir das portarias, foi instituído o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde e garantido o atendimento integral da saúde às pessoas transgêneras. No entanto, de acordo com a Portaria nº 2.803 de 2013, é exigido que antes da cirurgia, a pessoa transgênera deve passar por acompanhamento multidisciplinar por pelo menos dois anos.

Daniela Murta (2013) aborda que é um incômodo para a pessoa transgênera ir a um atendimento médico, pois a medicina é envolvida no processo de patologização da transgeneridade, que coloca sobre os indivíduos um rótulo que significa uma afronta ao direito à identidade de gênero:

Ainda que pareça um atendimento médico como outro qualquer, conduta como essa impõe ao sujeito que se adapte aos padrões de identidade determinados, submetendo muitos que não se enquadram nesses moldes a um sofrimento mental, para além daquele gerado pela discriminação e preconceito social diários, em função do desacordo entre genitália, identidade de gênero e orientação sexual. (MURTA, 2013, p.65)

No Brasil, procurar assistência médica, além de difícil, poderia significar assumir um diagnóstico de disforia de gênero. Ou seja, aceitar que a sua condição viesse a ser considerada uma patologia. Foi a isso que a designer Neon Cunha se recusou, no ano de 2016. Mulher transgênera, ela moveu, e venceu em primeira instância, uma ação judicial pedindo o direito de mudar de nome e gênero em seus documentos sem precisar de diagnóstico médico.

Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito de alteração de nome e gênero no documento de registro civil, independente da cirurgia de redesignação sexual.

A transfobia entra na perspectiva social brasileira, na forma de discriminação, intolerância, exclusão e violência de pessoas transgêneras. De acordo com o texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - que aconteceu no ano de 2007 -, transfobia se expressa pelo não reconhecimento de identidades de gênero distintas. Isso acarreta na

exclusão de travestis e transexuais dos espaços de convivência cidadã, da mesma forma que, os coloca como alvos da violência letal contra LGBTQ+.

Portanto, a transfobia pode acontecer nas relações interpessoais e grupais, por meio da marginalização no trabalho, na incompreensão dentro das famílias, na violência em locais públicos, entre outros.

Segundo a pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil - Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais” (2011), 92% dos entrevistados admitem que há preconceito contra LGBTQ+ no país. Para Seffner (2011, p.45), “preconceito existe e a quantificação da pesquisa nos permite saber que a sociedade brasileira brasileira é preconceituosa contra diferentes grupos.”

Diante do preconceito e de uma sociedade que pressupõe estar enquadrado em gêneros binários, a pessoa transgênera vê a sua frente o conflito que é apresentar-se publicamente.

Não há no Brasil maneiras de quantificar a população transgênera. Mesmo em uma busca no Google, não se encontra tal informação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também não inclui a opção transgênero em seus levantamentos.

Esse vazio de números no Brasil apresenta para a pessoa transgênera uma opção: a vulnerabilidade e a falta de serviços sociais destinados a essa população. Seffner (2011, p.44) defende que “orientar políticas públicas de saúde no respeito e cumprimento aos direitos humanos ajuda a combater esses problemas.”

2.2.1 Quase um vazio de dados

O Brasil tem estudos sobre a população de travestis, transexuais, *crossdressers*, *drag queens* e transformistas, o empecilho é a falta de dados gerais e específicos sobre essa comunidade, o que colabora para a marginalização e exclusão. Para Silva (2018, p.151), observa-se a falta de estudos “que busquem desvelar o cotidiano de pessoas transgêneras, as dificuldades que passam na tentativa de afirmação de suas identidades como pessoas e como uma família.” Os poucos números existentes se devem pelo fato de que a pessoa trans não se declara publicamente como transgênera, ou também pelas barreiras existentes para alteração de nome e gênero no registro civil.

Além disso, outro fator para a existência de poucos dados é porque transgêneros entram nos estudos e pesquisas pelo viés da identidade sexual, ao invés de identidade de gênero. Para Letícia Lanz (2015, p. 310), “os estudos existentes partem sempre do pressuposto que todas as identidades de gênero-divergentes têm orientação homossexual, o que de certa forma transforma esses trabalhos em estudos sobre casos especiais de homossexualidade.”

Isso causa uma confusão entre dados entre homossexuais e a população transgênera. Para Solomon (2013), a movimentação pela liberdade política dos transgêneros passou a fazer parte da luta pelos direitos de gays e lésbicas:

Existem muito mais gays do que trans, e o movimento trans precisa de números para respaldá-lo, mas a sobreposição das duas questões causa confusão. Alguns gays acham que a situação de seus irmãos e irmãs trans é igual a deles, um pouco mais radical talvez, e se tornam seus apaixonados defensores; outro se sentem constrangidos pela existência da comunidade trans e tentam dissociar-se dela, comportamento comum entre homens gays que desejam afirmar suas credenciais másculas. (SOLOMON, 2013, p.696).

Outra suposição para o esvaziamento de dados é que, por falta de informação, a população em geral não define de maneira correta as categorias LGBTQ+. Zambrano (2011) aborda que o preconceito é identificado de maneira próxima nas categorias identificadas: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. “É como se essas diferentes “identidades” formassem um só grupo chamado ‘homossexuais’” (ZAMBRANO. In: BOKANY; VENTURI, 2011, p.100).

Atualmente, existem pesquisas sobre a identidade transgênera no Brasil. A principal fonte de dados é a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que divulgou em 2018 o *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. Para Letícia Lanz (2015), as pesquisas sobre pessoas transgêneras realizadas nas últimas décadas denotam um esforço para a compreensão de como essa comunidade é tratada na sociedade. Também representa uma abertura para os Estudos Transgêneros no meio acadêmico.

2.2.2 Violência no Brasil

A violência no Brasil é alarmante. Segundo a ONG Transgender Europe (TGEu), o país lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais.

Realizada em 72 países, a pesquisa revelou que, entre 1º de outubro de 2017 e 30 de setembro de 2018, 167 transexuais foram mortos no Brasil. Isso corrobora para a conclusão sobre a permanente vigilância de gênero no país. Foucault (1988) define a sexualidade como dispositivo de regulação e controle dos corpos, enquanto Santos (2017) vai mais a fundo, ao defender que a patologização dos sujeitos desviantes das normas de sexualidade, produziu o controle dos desviantes às normas de gênero.

Segundo a Antra, por meio do mais recente *Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*, 13 anos é a idade média em que transexuais e travestis são expulsos de casa pelos pais. Além disso, 90% da população de travestis e transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, pela dificuldade na inserção no mercado de trabalho. É dentro desse cenário que se encontram as vítimas em situação de vulnerabilidade social.

A Antra ainda revelou que no ano de 2017, o Brasil registrou 179 assassinatos de transexuais e travestis. Isso significa uma morte a cada 48 horas. Na pesquisa, o Paraná aparece em 15º no ranking nacional, com oito assassinatos registrados. Segundo o relatório, 45% dos homicídios LGBT são de pessoas transexuais.

Nesse panorama, não são somente os assassinatos que causam as mortes da população transgênera. Quando o indivíduo sofre exclusão social e discriminação, os conflitos, internos e externos, podem ser graves. Em 2017, a Antra (2018, p.26) identificou sete casos de suicídio de pessoa transexual ou travesti, porém o número pode ser maior devido a não veiculação de reportagens sobre suicídio pela imprensa.

Seffner (2011) chama a atenção para a responsabilidade do Estado diante da violência contra a população LGBT no Brasil. “A atenção que o estado dedica a criminalidade específica das identidades marcadas pela sexualidade é pequena. Uma das encruzilhadas que estamos agora é garantir, apenas pela via judicial e penal, o respeito aos direitos humanos da população LGBT” (SEFFNER. in: BOKANY; VENTURI, 2011, p.49).

Indo de encontro com Seffner, Santos (2017) aborda que as experiências transgêneras são nomeadas como aberrações, e os crimes que as envolvem se tornam de segunda importância nas investigações criminais, pois, supostamente valem menos que as vidas cisgêneras.

Nancy Nangeroni⁹ (2007), escritora e ativista transgênera, apresenta um discurso sobre a violência a que a comunidade trans está sujeita:

Infelizmente, a comunidade transgênera sofre de um severo processo de vitimização. Quase sempre a sociedade reage a transgressão de gênero punindo a pessoa transgressora, tentando desencorajar seu comportamento “desviante”. Pessoas transgêneras são muito mais sujeitas do que a população em geral a cometerem suicídio, a serem assassinadas, despedidas e seus empregos, espancados e feridas de muitas outras maneiras, algumas tão flagrantes como exposição ao ridículo, algumas tão insidiosas como serem preteridas numa entrevista de emprego. (NANGERONI, 2007 apud LANZ, 2015, p. 32).

2.3 CRIANÇA E ADOLESCENTE TRANS

A família é um fator importante na formação da pessoa transgênera. Confortável ou não, o transgênero sofre influência decisiva da aceitação familiar. A família é a primeira instituição social pela qual a criança se depara. É ela quem participa do desenvolvimento de conduta da pessoa e também quem pode oferecer o primeiro apoio, no caso do transgênero.

Se contrária, a família é a primeira que exerce uma vigilância sobre as atitudes e condutas de gênero. Um exemplo simples está na disposição de cores masculinas e femininas, já para uma criança ainda em gestação. No caso da pessoa transgênera, que está em desacordo com a ordem binária de gênero, a família pode exercer uma vigilância maior e ser a maior fonte de violência (real e simbólica). O não acolhimento é a reação mais comum dos familiares (SILVA, 2018). Para Berenice Bento (2006), o apoio familiar é um dos fatores que influenciam no processo de identificação e felicidade em relação àquilo que pessoas transgêneras sentem ser.

A criança transgênera pode perceber uma não identificação com o seu gênero biológico por volta dos três ou quatro anos (SOLOMON, 2013). Nessa idade, atitudes de não conformidade de gênero são admitidas. No entanto, é a partir dos sete anos que estereótipos de gênero passam a ser exigidos pelas famílias. Andrew Solomon (2013) revela que esses padrões de gênero podem desencadear ansiedade e depressão na criança.

⁹ O discurso de Nancy Nangeroni “Transgenderism: Transgressing Gender Norms” está disponível em: <http://www.gendertalk.com/info/tgism.shtml> e foi reproduzido no livro *A pele da roupa*, de Letícia Lanz, publicado em 2015 pela editora Transgente.

Letícia Lanz (2015) concorda que a identificação da criança com os modelos de gênero acontece entre os dois e cinco anos de idade. Em contrapartida, a manifestação plena da sua sexualidade só acontece no fim da adolescência. A primeira forma de resistência da família acontece pois, subentende-se que a criança é homossexual. Voltando à confusão entre identidade de gênero e orientação sexual.

Guacira Lopes Louro (1997) coloca na compreensão das relações entre homens e mulheres a importância sobre observar não seus sexos, mas o que se constitui sobre eles. Sendo assim, o debate social a respeito de identidade de gênero é uma nova linguagem, na qual se enquadra como conceito fundamental.

Estudiosos e estudiosas feministas têm empregado conceito de gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo; assim sendo, as identidade de gênero remetem-nos às várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade. Por outro lado, o conceito de sexualidade é utilizado, nesse contexto, para se referir as formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos sexuais; nesse sentido, as identidades sexuais estariam relacionadas aos diversos arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus jogos sexuais. No campo teórico nos estudos feministas, gênero e sexualidade são, ambos, constructos sociais, culturais e históricos. (LOURO, 2000, p.63).

Nesse aspecto, Andrew Solomon (2013) destaca que usar a palavra sexo para designar gênero e o ato carnal é um problema que pode causar mal-estar, principalmente sobre a criança transgênera. O entendimento de que a transgeneridade não é a manifestação da sexualidade e sim a manifestação do gênero, de quem a pessoa deseja ser, é um processo que demanda informação.

Na infância, são três os comportamentos tomados como indicadores de identidade se cometidos pela criança com frequência. São eles: a escolha da roupa de baixo que pertence ao gênero oposto ao do seu nascimento, a escolha da roupa de banho do gênero oposto ao do seu nascimento e o modo como urina (SOLOMON, 2013).

Em seu livro *Longe da Árvore*, Andrew Solomon (2013) confidencia que entende a atitude dos pais ao querer extinguir o sofrimento do filho que é diferente. Pensando em seus pais quando revelou ser homossexual, e comparando com pais que autorizam a cirurgia coclear no filho surdo, Solomon pensa que os seus autorizariam um procedimento para torná-lo heterossexual. Embora considerando

uma atitude ignorante, a atitude dos pais se assemelhariam às atitudes dele se tivesse um filho surdo, para corrigir a diferença.

A diferença da criança para o resto da família só é considerada e aceita quando pais e mães buscam a informação. Ao menos no início, a família não tem o conhecimento e competências exigidos para oferecer ao filho transgênero (SOLOMON, 2013).

No contexto dos espaços sociais, transgêneros também sofrem discriminação constantemente. Para as crianças, a escola pode ser a segunda fonte de preconceito. Elizabeth (2011) destaca o papel da escola como espaço institucional de exclusão dos transexuais. “Acontece quando começam a frequentar a escola e são agredidos pelos colegas em decorrência do visual e/ou comportamento, levando a um primeiro reconhecimento de si com alguém ‘diferente’” (ZAMBRANO. In: BOKANY; VENTURI, 2011, p.103).

A escola também pode ser um espaço de reprodução das normas sociais. Mesmo com a maior abertura das instituições, o espaço escolar - ainda quando se depara com uma criança transgênera - sofre com a falta de compreensão e discussão para questões como gênero e sexualidade. Maria Rita de Assis César (2008) problematiza que, se para a escola a presença de alunas e alunos homossexuais já é um incômodo, a transexualidade vai além, e torna-se insuportável do ponto de vista da instituição. “Assim, aquilo que resta é o afastamento desses corpos indesejáveis, isto é, a expulsão, que hoje se constitui em um elemento importante da evasão escolar” (CÉSAR, 2008, p.11).

A criança transgênera também é vista como diferente pelos colegas na escola. Sendo assim, também sofre com a pouca aceitação pelas outras crianças, que estão inseridas em uma lógica de manutenção do dispositivo binário de gênero. Pais, familiares, professores e crianças atuam, na maioria das vezes de forma inconsciente, na vigilância de conduta. “Cumprir as normas de gênero e sexualidade é a ordem. Produzir corpos e subjetividades heterossexuais e não trans é a ordem” (SANTOS, 2017, p. 228).

Se comparar os dias atuais há vinte anos, políticas de identidade, progressos médicos e o ativismo trans abriram possibilidades para a pessoa transgênera e possibilitaram a chegada de informações às famílias. Por fim, mães e pais podem aprender a aceitar e celebrar os filhos com o gênero que se identificam.

Passa também por este processo a possibilidade de transição, por meio de bloqueadores hormonais que adolescentes podem usar para suprimir a puberdade. No futuro, a cirurgia de redesignação sexual também pode ser feita se a pessoa transgênera desejar. Para Solomon (2013), o apoio da família na transição pode ser entendido pelos pais como a manifestação do amor que sentem pelo filho. Mas os pais também podem procurar correções cirúrgicas porque acham que saberão como ser pai ou mãe para aquela criança, enquanto muitas vezes se sentem inseguros quanto a ser pai ou mãe da criança atual” (SOLOMON, 2013, p.52).

Andrew Solomon ainda reconhece que há dois lados de uma mesma moeda para os pais:

Apressar uma criança numa transição que vai modificá-la irremediavelmente do ponto de vista físico e médico para o resto da vida seria uma temeridade; no entanto, forçar uma criança que está segura acerca de sua identidade e desenvolver um corpo que nunca vai combinar com o que ela sabe que é, mesmo depois de diversas cirurgias dispendiosas e traumáticas, também é problemático. (SOLOMON, 2013, p.721).

As possibilidades são muitas. Os pais de uma criança transgênera se veem diante de uma sociedade intolerante. Isso gera aflição. Se o filho não fizer a transição, é possível que ele considere o suicídio. Em contrapartida, fora de casa a transfobia também é feroz. O Brasil é um país particularmente violento, diante de dados que o colocam em primeiro lugar no ranking de assassinatos de pessoas transgêneras, de acordo com a ONG Transgender Europe (TGEu). Diante disso, surge a oportunidade de abordar o tema em materiais jornalísticos, incluindo o livro-reportagem.

2.4 JORNALISMO LITERÁRIO

Jornalismo literário é o gênero do jornalismo que alia a literatura para narrar os acontecimentos reais. Sendo assim, faz uso da liberdade estilística e da literalidade para aprofundar um texto jornalístico, normalmente em reportagens que podem ser maiores, explorando vários vieses de um mesmo assunto.

Belo (2006) diz que o jornal diário tem abordagens burocráticas e superficiais. Enquanto isso, o jornalismo literário surge como uma contraposição. A intenção do jornal diário é informar, dentro de uma temporalidade, uma vez que,

aborda a notícia e a informação com “data de validade”. O jornalismo literário, em contrapartida, visa perdurar, pois aborda as grandes questões humanas (CASTRO, 2005).

Os autores discutem a intersecção entre o jornalismo e a literatura, ou ficção. São universos diferentes, mas que convivem de forma a colaborar um com o outro quando se cruzam. Em *Fama e Anonimato*, Gay Talese (2004), fala do Novo Jornalismo, que não é ficção, embora seja entendido dessa forma:

Ele é, ou deveria ser, tão fidedigno quanto a mais fidedigna reportagem, embora busque uma verdade mais ampla que a obtida pela mera compilação de fatos passíveis de verificação e o uso de aspas e observância dos rígidos princípios organizacionais à moda antiga. O novo jornalismo permite, na verdade exige, uma abordagem mais imaginativa da reportagem [...]. (TALESE, 2004, p. 9).

O Novo Jornalismo, ou *New Journalism*, tem origem nos Estados Unidos da década de 1950. Fizeram parte do fenômeno nomes como Gay Talese, Norman Mailer, Truman Capote, Joseph Mitchell, entre outros. Nessa época o termo jornalismo literário começou a ser amplificado. No entanto, as movimentações em direção do literário começaram antes disso, já com as publicações de contos e folhetins em jornais.

O que hoje se entende sobre jornalismo literário surgiu, principalmente, no pós-guerra, com a publicação de *Hiroshima*, de John Hersey, em 1946. Essa obra tomou uma edição inteira da revista *The New Yorker*, com o relato do dia da explosão a partir do depoimento de seis sobreviventes da bomba atômica que atingiu a cidade de Hiroshima, em 1945. Matinas Suzuki Jr. (2002), no posfácio do livro *Hiroshima*, toca na questão do hibridismo entre jornalismo e literatura, ao relatar que o texto simples de Hersey deixou fluir o relato das seis pessoas que viveram a história:

O tom de reportagem é um prolongamento da dor silenciosa que os sobreviventes de Hiroshima notaram nos conterrâneos feridos. Quarenta anos depois, Hersey escreveu a Paul Boyer que “o estilo direto foi deliberado, eu ainda penso que estava certo ao adotá-lo”. (SUZUKI JR. in: HERSEY, 2002, p. 168).

O trabalho de Hersey foi reconhecido e considerado por muitos como ícone ao jornalismo literário. Depois de *Hiroshima*, o gênero alcança a idade adulta, pois

também é praticado por um número expressivo de profissionais e abrigado nos periódicos.

A *Sangue Frio*, obra de Truman Capote publicada em 1965, também marca o jornalismo literário. A reportagem, que saiu na revista *The New Yorker*, relata cenas, diálogos e acontecimentos sobre o assassinato de uma família na zona rural do Kansas, nos Estados Unidos.

O jornalismo literário soma no movimento de insatisfação dos jornalistas com a objetividade do texto jornalístico, e principalmente com o lead. Pena (2006) relata que Tom Wolfe publicou em 1973 um manifesto defendendo que o texto deveria ter um valor estético, vinculado com técnicas literárias. Além disso, o jornalista pode dispor de quatro recursos do *New Journalism*: reconstruir cena a cena; registrar diálogos completos; apresentar cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens; registrar hábitos, roupas, gestos, entre outras características (PENA, 2006).

Portanto, o surgimento do jornalismo literário possibilitou a maior descrição e aprofundamento das reportagens. Desse cenário, e superada a perspectiva que separava o jornalismo da literatura, a grande-reportagem apresentou concessões específicas que proporcionaram ao jornalista uma prática diferenciada.

No Brasil, o jornalismo literário esteve nas páginas da revista *Realidade*, que começou a circular em 1966 pela Editora Abril. A publicação mensal da revista durou dez anos. Moraes e Ijuim (2009) abordam que a *Realidade* exibiu e suas páginas reportagens aprofundadas com valor informativo e estético, usando recursos literários. Por essas características, a revista pode ser entendida como representante do jornalismo literário brasileiro (MORAES; IJUIM, 2009).

José Hamilton Ribeiro foi um nome de destaque na revista *Realidade* por produzir reportagens detalhadas. Seu trabalho mais notável foi o relato da Guerra do Vietnã, em que ele ficou gravemente ferido. Na publicação, Ribeiro além de contar sua experiência e seu contato com as pessoas no conflito, também aparece ensanguentado em uma foto.

Da década de 60 para o século XXI, atualmente é a revista *Piauí* que se aproxima do jornalismo literário. Mensalmente, a publicação que foi fundada pelo documentarista João Moreira Salles, oferece aos seus leitores reportagens com profundidade e diferente da lógica de um jornal diário.

2.4.1 Livro-reportagem

O Trabalho de Conclusão de Curso propõe a realização de um livro-reportagem, com a interface do gênero literário para apresentar histórias e pontuar questões sobre a temática das crianças transgêneras e suas famílias. A escolha do livro-reportagem se justifica, uma vez que, esse veículo permite reunir uma variedade de informações e narrar fatos, sendo um dos principais suportes do jornalismo literário.

Neste sentido, o livro-reportagem é mais do que a extensão de uma reportagem. Envolve a narrativa do fato, a compreensão e atribuição de significados. Paula Melani Rocha e Cintia Xavier (2013, p.144) explicam que considera-se um livro-reportagem “quando uma obra trata de acontecimentos ou de fenômenos reais e utiliza, para sua produção, procedimentos metodológicos inerentes ao campo do jornalismo, sem, contudo, descartar certas nuances literárias.” Para Lima (2004), o livro-reportagem faz parte do jornalismo, mas possui autonomia própria, que permite experimentações não permitidas no jornalismo tradicional.

Lima (2004, p. 11) ainda considera que o livro-reportagem “cumpre um papel infinitamente mais ambicioso do que a simples reprodução de matéria publicada em jornal ou revista.” Sendo assim, o leitor se depara com um conteúdo aprofundado e com informações dispostas em forma de uma narrativa.

Nos veículos de comunicação, o livro-reportagem amplia o trabalho da imprensa cotidiana e faz perdurar, além de abordar outros aspectos, assuntos retratados pelos jornais, revistas, televisão e rádio. Por isso, oferece ao leitor “a gratificante aventura da viagem pelo conhecimento da contemporaneidade” (LIMA, 2004, p. 07).

Portanto, nesse sentido do relato da contemporaneidade, Belo (2006) cita *Dez dias que abalaram o mundo* (1919), do norte-americano John Reed, como um marco para o livro-reportagem. A obra narra os acontecimentos na cidade de Petrogrado durante a Revolução Russa de 1917. Belo (2006) relembra que o autor do livro é considerado o pai do livro-reportagem moderno.

A variedade de livros-reportagem é um fato. Visando essa característica e o tratamento narrativo que recebe, Lima (2004) propôs uma divisão classificatória, que envolve: livro-reportagem instantâneo e livro-reportagem-atualidade. A diferença entre os dois é simples. O livro-reportagem instantâneo retrata um tema da

atualidade que teve um fato recém concluído, que apresenta os resultados finais. Em contrapartida, o livro-reportagem-atualidade retrata o tema da atualidade que ainda não teve um desfecho, o que permite ao leitor entender possíveis resultados (LIMA, 2004).

Paula Melani Rocha e Cintia Xavier (2013) apontam que o aumento de publicações de livro-reportagem se deve, entre outros fatores, à possibilidade do jornalista desenvolver um texto diferente do que ele produz no *hard news*, e também pela possibilidade de publicar em novas plataformas.

Mesmo oferecendo ao jornalista uma oportunidade de desenvolver conteúdo de forma diferente que no *hard news*, Rocha e Xavier apontam o acontecimento e a atualidade como aspectos identificados na produção de um livro-reportagem. Isso se aproxima com características do jornalismo tradicional destacadas por Fontcuberta¹⁰ (1999 apud. ROCHA; XAVIER, 2013): interesse público, periodicidade, novidade, atualidade e veracidade.

Passado e presente (acontecimento e atualidade) estão atrelados na perspectiva de um livro. Para historiadores e jornalistas são constantes. O primeiro aborda a série de fatos, enquanto que, o segundo deseja encontrar e relatar o fato único (FONTCUBERTA, 1999 apud. ROCHA; XAVIER, 2013). Nesse sentido, o livro-reportagem se coloca no meio da balança, pois é menos abrangente que o abordado por um historiador. Em contrapartida, é mais profundo do que a informação trazida nos noticiários dos jornais, revistas, televisão e rádio. Por fim, nessa intersecção entre jornalismo e história está a atualidade. Livro-reportagem faz uso dessa relação principalmente para utilizar a memória como método e fonte de pesquisa.

Diante da elucidação sobre livro-reportagem, não é de se espantar a quantidade de publicações por jornalistas. No Brasil, editoras nacionais investem no lançamento de obras assim. A Companhia da Letras, por exemplo, lançou em 2001 a coleção “Jornalismo Literário”, que possui atualmente 35 títulos de autores como Gay Talese, Truman Capote e Janet Malcom.

¹⁰ Do livro *A notícia: pistas para compreender o mundo*, da autora M. Fontcuberta, publicado em 1999.

2.4.2 Livro Digital

Chaparro (2004) coloca o jornalista diante dos avanços da tecnologia e a rapidez da informação, que o instiga a narrar os fatos, como também compreender e atribuir significados. Nesse contexto, Deglaucy Jorge Teixeira (2015) aborda o livro digital (livro eletrônico, e-book, entre outros) como a publicação em formato digital, que pode ser lida em dispositivos computacionais. Além disso, também pode conter textos, imagens, recursos multimídias e interativos.

O livro digital possibilita unir a universalidade com a capacidade de interatividade. Sendo assim, expande o universo da informação e também da criação, uma vez que não existe para o livro digital um custo de impressão e distribuição.

É do escritor norte-americano Stephen King o primeiro e-book vendido mundialmente. O livro é *Riding the Bullet*, lançado neste formato no ano 2000, que chamou atenção para o mercado editorial digital.

Atualmente, os suportes para livro digital evoluíram de tal forma que os dispositivos eletrônicos para leitura permitem interferir no conteúdo, criando uma leitura interativa. Teixeira (2015) destaca que o livro digital pode dispor ao leitor a integração entre texto, áudio, links para sites e outras possibilidades de interação. Sendo assim, nessa perspectiva, houve um processo de mudança nos elementos constitutivos de um livro.

O advento desse suporte alcança também o leitor, além de ser resultado direto da nova postura das pessoas diante da leitura no Brasil. A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*¹¹ (2016), realizada pelo Instituto Pró-Livro, revelou o perfil do leitor brasileiro. A partir dela, é possível checar que 41% dos entrevistados já ouviram falar sobre livro digital. Dessa porcentagem outro dado: dos “leitores” (que leram, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses), 34% deles já leu um livro digital. Entre aqueles que gostam muito de ler, a porcentagem é 38%. A pesquisa ainda revelou que o celular é o dispositivo mais utilizado para a leitura digital, citado por 56% dos leitores de livros digitais. Atrás dele aparecem o

¹¹ A pesquisa tem como um dos objetivos promover a reflexão e estudos sobre os hábitos de leitura do brasileiro para identificar ações mais efetivas voltadas ao fomento à leitura e o acesso ao livro. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf

computador, com 49%, tablet (18%) e leitores digitais (4%). Por fim, 88% dos que já leram um livro digital baixou gratuitamente pela internet.

Os números da pesquisa permitem fazer uma relação com a democratização da leitura no Brasil. Teixeira (2015) relata que a tecnologia do livro digital permitiu o acesso instantâneo às informações, além de abrir um leque de possibilidades, democratizando a leitura de forma mais abrangente.

3 METODOLOGIA

3.1 PÚBLICO-ALVO

No momento que o livro é publicado, deixa de ser somente do autor e passa também a ser dos leitores que cruzam o seu caminho. No caso do livro-reportagem, que não tem somente sobre ele a mão do jornalista, mas também o depoimento de um personagem e a entrevista de um especialista, isso se acentua. Refletir sobre o público-alvo é um exercício necessário, ainda mais se tratando do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Segundo Natália Flores e Isaltina Gomes (2014), público-alvo é parte constituinte da construção da linguagem em produtos. Surge daí a importância em voltar o olhar para esta questão.

Para o livro-reportagem *A criança do porta-retrato*, estabeleci como público-alvo três grupos: jovens educadores - na faixa etária entre 20 e 35 anos; pais e familiares de crianças e adolescentes - tanto cisgêneros quanto transgêneros - na faixa etária de 25 a 40 anos; assim como pessoas da comunidade trans de idades variadas - que envolve indivíduos que se identificam com qualquer identidade do guarda-chuva transgênero, membros de Ong's e grupos de acolhimento. A justificativa em traçar esses grupos como público-alvo é o interesse que o tema pode despertar. Em certa medida, são a professores, pais e comunidade trans que o assunto "infância e adolescência transgênera" toca.

Aos pais, familiares e professores o tema não é recorrente se na família não houver uma criança transgênera. No entanto, a abertura social fez surgir o interesse sobre os assuntos que envolvem o conceito de gênero. Isso é possível perceber pelo número de materiais jornalísticos sobre transgêneros, e também, a recente abordagem em obras televisivas - que foram demonstrados neste documento monográfico.

Já para a comunidade trans a temática não é novidade. Ainda assim, cada fonte de informação é bem-vinda e acolhida. Prova disso foram os pedidos que recebi do Grupo Dignidade (organização curitibana, sem fins lucrativos, que atua na promoção e cidadania de LGBTI+) e do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (Amtigos), do Hospital das Clínicas de São Paulo, para enviar o livro-reportagem, a fim de que ambos coloquem em seus acervos de livros e materiais.

Com tudo isso posto, o livro-reportagem (produto final deste TCC) pretende ser mais uma fonte de informação para os públicos-alvos estabelecidos, e gerar debates focados em conteúdos pertinentes a questão social em que pessoas transgêneras estão inseridas, como promoção da saúde, qualidade de vida e garantia de direitos.

3.2 ETAPA DE APURAÇÃO PARA LIVRO-REPORTAGEM

Na atuação do jornalismo, existem regras profissionais utilizadas para o conhecimento da realidade. Esse é o método, que significa procedimentos adotados pelo jornalista. Para a produção de um livro-reportagem não é diferente. Esse método deve ser levado em consideração. No entanto, existem outros procedimentos que também devem ser considerados no processo produtivo.

A primeira etapa é a apuração. Surgiu com a proposta do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso. O levantamento de dados foi uma constante que norteou todo o trabalho, e contou com leituras de livros, análise de documentos e fontes de papel, observação de publicações nos veículos de comunicação brasileiros sobre a transgeneridade e entrevistas.

Obter informações sobre o tema, antes mesmo de partir para as entrevistas em campo, contribui na obtenção de maior segurança e elimina certas imprecisões no período de escrita do livro-reportagem. Além disso, a apuração desperta, no repórter, o senso crítico e a capacidade de explorar um assunto na sua integralidade. Para Luiz Costa Pereira Júnior (2006, p. 153), “o jornalismo não se divide entre sintético ou longo, mas entre bem-feito ou não. O texto virá da apuração. Quanto maior e melhor, mais saboroso será.”

Portanto, a pesquisa é fonte primordial na investigação e na elaboração do livro-reportagem. A leitura sobre o tema começou com obras jornalísticas e não jornalísticas sobre a temática. *O nascimento de Joicy* (2015), da jornalista Fabiana Moraes, foi o primeiro livro que li. Retrata a história da ex-agricultora Joicy, que procura o serviço público de saúde para realizar a cirurgia de redesignação sexual. A obra é um retrato também sobre a relação entre repórter e personagem. Outros livros que considerei na minha pesquisa inicial foram: *A garota dinamarquesa* (2016), de David Ebershoff e *A história de Júlia e sua sombra de menino* (2011) de Christian Bruel e Anne Galland.

A leitura desses livros se justificou não pelo simples conhecimento sobre o tema, mas também para uma análise de produção existente com foco na transgeneridade.

Outras publicações fizeram parte da pesquisa em fontes de papel, com o objetivo de colher informações e conhecimento da transgeneridade a partir de outros vieses: da abordagem clínica, psicológica, social ou no campo da educação. As obras usadas na fundamentação teórica deste Trabalho de Conclusão de Curso foram a segunda etapa da minha pesquisa, em que busquei dar um caráter acadêmico e científico a minha pesquisa. Livros como: *Longe da árvore*, de Andrew Solomon; *O corpo da Roupa*, de Letícia Lanz; *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler; entre outros, foram o mote para mergulhar na temática do meu TCC.

No entanto, não foram somente de publicações em papel que a pesquisa foi realizada. A apuração também contou com a análise de documentos, acontecimentos sobre o tema e pesquisas na internet. No ano de 2018, episódios como: o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do direito de alteração de nome e gênero no documento de registro civil, independente da cirurgia de redesignação sexual; a morte de João W. Nery, primeiro homem transexual a fazer uma cirurgia de redesignação no Brasil; e a eleição de Erica Malunguinho da Silva, primeira trans a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; colocaram o tema deste trabalho na esfera pública.

A maior aplicação da transgeneridade em pautas da imprensa nacional era uma hipótese. A minha investigação se deu de forma mais específica. Como já citado neste documento, realizei um mapeamento de reportagens que envolvem gênero e transgeneridade na edição impressa do jornal *Folha de S.Paulo*, entre janeiro de 2017 e novembro de 2018. Essa etapa contou com a colaboração do professor José Carlos Fernandes, que fez a coleta do material. A análise concluiu que, no período, foram 45 publicações sobre a temática – entre reportagens, entrevistas e artigos de opinião. Dentro desse espectro, alguns números me chamaram a atenção e interessam a este Trabalho de Conclusão de Curso: quatro publicações diziam respeito à infância e a família; três sobre o reconhecimento das identidades de gênero não binárias na educação; e quatro eram depoimentos – presentes no jornalismo diário, assim como em meu livro-reportagem. O restante do

material não citado aqui, se referia a pautas de sociedade, cultura, esportes e opinião.

A intenção em pesquisar as publicações no jornal foi conhecer a forma com que a temática deste trabalho está sendo retratada pelos veículos de comunicação do país, além de tentar dimensionar em qual dos campos a transgeneridade é mais encontrada (o mapeamento revelou que o assunto aparece mais vezes na editoria “cotidiano”, representando 23% das publicações coletadas).

Por fim, a etapa de pesquisa e apuração também contou com uma listagem de filmes e séries que, bases de informação, são fontes de histórias e abordagens que eu poderia citar no livro-reportagem. Alguns deles: Meu nome é Ray (2015); Transamérica (2005); Crescendo como Coy (2016); A morte e vida de Marsha P. Johnson (2017); Laerte-se (2017); entre outros.

Na construção do livro-reportagem a fase da apuração esteve presente em todo o processo de produção. Portanto, não terminou com a pesquisa já realizada no primeiro semestre de 2018. Até o final deste trabalho, pesquisei continuamente, principalmente para realizar as entrevistas com famílias e especialistas para o livro-reportagem.

3.3 DESCRIÇÃO DO PRODUTO: LIVRO-REPORTAGEM

3.3.1 Organização do livro

A ideia inicial do livro-reportagem *A criança do porta-retrato* era escrever capítulos que identificassem temas cruciais para uma criança transgênera. Intercalando entre esses capítulos, estariam os perfis das famílias que eu iria entrevistar. O projeto inicial passou por poucas mudanças. Por meio das entrevistas, tanto com personagens quanto com especialistas, o trabalho tomou uma nova forma.

Ao fim deste Trabalho de Conclusão de Curso, o resultado do livro é: prefácio de Carla Amaral – que coordena o Centro de Pesquisa e Atendimento a Travestis e Transexuais da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná -; texto de apresentação; depoimento inicial de Daniel¹² – pai de Ana Carolina¹³, de 9 anos - ;

¹² O nome foi modificado para preservar a privacidade da família.

três capítulos, intercalados com depoimentos menores - de Brenda Ferrari, Claudete Maria Boehm e Noah¹⁴ -; glossário de palavras; e guia de filmes e séries.

Inspirado no livro *Vozes de Chernobyl*, da jornalista bielorrussa e Nobel de Literatura de 2015, Svetlana Alexievich, inicio o livro com um depoimento de Daniel. Trocar o perfil pelo recurso do depoimento foi uma decisão que tomei depois de começar a escrever o livro, por notar a força das entrevistas, que seriam preservadas neste tipo de texto jornalístico. Para Martinez (2008), o depoimento deixa de ser um elemento parafraseado pelo jornalista nas vezes que há a identificação da força da história e a decisão em não tirá-la da voz de quem contou, dando-lhe existência própria.

Os três depoimentos que aparecem no corpo do livro são menores que o inicial, e giram em torno da temática do capítulo. O primeiro capítulo, “Transparecer”, é dedicado ao conceito da transgeneridade. Reflete como o tema se impõe na atualidade e a forma com que dialoga com as famílias de crianças e adolescentes transgêneros. No capítulo “Transbordar”, o reconhecimento da pessoa transgênera nos espaços sociais é o ponto central. Nesta parte, desafios e enfrentamentos dos personagens do livro – com a família e com a escola - dão o tom da reportagem. Por fim, em “Transformar”, a transição, bloqueio hormonal e debates que cercam o reconhecimento de crianças e adolescentes transgêneros são o fio condutor do capítulo.

A organização das reportagens seguiu a proposta inicial do livro, que era retratar episódios cruciais e comuns na vida de uma criança ou adolescente transgênero, principalmente em torno dos espaços sociais que frequentam, como grupos familiares e a escola. A escolha dos títulos: “Transparecer”, “Transbordar” e “Transformar” segue uma lógica de acompanhar o processo de reconhecimento e transição de pessoas transgêneras, por isso também a opção por palavras que iniciam com a sílaba “trans”.

Ao fim do livro está o glossário de palavras e o guia de filmes e séries, que decidi formular pensando no público-alvo do livro. Como o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é ser uma fonte de informação sobre a infância e adolescência transgênera, o glossário de palavras apresenta 32 palavras - e seus significados – presentes no universo da identidade de gênero. Enquanto que, o guia

¹³ O nome foi modificado para preservar a privacidade da família.

¹⁴ O nome foi modificado para preservar a privacidade da família.

de filmes e série é composto pela sinopse de 18 produções televisivas e cinematográficas nacionais e internacionais.

3.3.2 Entrevistados

A coleta de material para o livro-reportagem se dá especialmente pelas entrevistas jornalísticas. É nessa etapa que o jornalista dá sentido aos fatos e à pesquisa já realizada. A entrevista é a humanização da pauta.

Desta forma, para a produção do livro-reportagem *A criança do porta-retrato* escolhi como personagens: Daniel, pai de Ana Carolina, menina transgênera de 9 anos; Claudete Maria Boehm, avó de Yann, menino transgênero de 13 anos; Noah, adolescente transgênero de 15 anos; Fernando¹⁵, irmão de Noah; e Brenda Ferrari, mulher transgênera de 37 anos. Entrevistei também, como fontes especialistas a psicanalista e mestre em Sociologia, Gênero e Sexualidade, Letícia Lanz; o psicólogo e colaborador no Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (Amtigos) do Hospital das Clínicas de São Paulo, Job dos Reis; e o psicólogo e coordenador do Núcleo de Psicologia do grupo Dignidade, Ibson Batista.

A procura pelas fontes, principalmente os pais, familiares e pessoas transgêneras, foi uma experiência de aprendizado, tanto jornalístico quanto humano. Deu início com a pesquisa pela internet, por meio de pessoas conhecidas que poderiam me fazer indicações, e também se deu por meio do contato com organizações como o Transgrupo Marcela Prado.

Decidi usar o modelo de entrevistas jornalísticas semiestruturadas, ao elaborar, antes de cada encontro, um roteiro de perguntas principais que poderia ser modificado e complementado com questões que surgissem no momento da conversa. Segundo Manzini (2003), esse tipo de entrevista deixa espaço para o surgimento de informações de forma mais livre, e as respostas não estão condicionadas a uma padronização.

Antes das entrevistas com os personagens do livro, procurei me encontrar com as famílias, para que me conhecessem e também para conhecer as suas histórias. Foi assim com Noah, Fernando e Daniel. Com Claudete a minha conversa

¹⁵ O nome foi modificado para preservar a privacidade da família.

foi por telefone, pois ela mora em Joinville. Feito isso, no momento da entrevista segui um esqueleto de perguntas em comum entre as fontes, como: “com que idade e que atitudes a criança apresentou os primeiros ‘sinais’ de que não se identificava com o gênero que recebeu ao nascer?” e “possui medos pela recepção das pessoas diante da identificação de gênero?”. Ainda assim, ficou em aberto o surgimento de outros questionamentos durante a conversa.

Para as fontes especialistas, houve um roteiro elaborado anteriormente à entrevista, porém, as perguntas foram direcionadas à especialidade e local de trabalho de cada um deles.

3.3.3 Projeto Visual

O livro-reportagem *A criança do porta-retrato* estará disponível em formato digital, que considere pela universalidade e a capacidade de interatividade. O universo da informação é expandido quando se trata de um livro em plataforma digital. O mesmo acontece com o projeto visual.

Para o projeto artístico do livro a que se refere este Trabalho de Conclusão de Curso, optei em investir nas ilustrações (ver anexo 1). Isso porque, pelo tema infância e adolescência transgênera, não seria possível fotografar as famílias, crianças e adolescentes. Esse foi um pedido realizado pela maioria, para preservar a privacidade, principalmente dos menores, visto que, muitos enfrentam preconceitos e julgamentos sociais.

O projeto visual também conta com a disposição de uma linha do tempo, com marcos históricos da transgeneridade no Brasil e no mundo, e um infográfico sobre a diferença entre identidade de gênero, sexo e orientação sexual. Esses elementos configuram a interatividade presente no livro-reportagem, já que, é possível clicar, tanto na linha do tempo quanto no infográfico, que aparecem informações sobre o assunto.

Por fim, pensar no projeto visual foi uma tarefa que coube à Georgia Walach, que trabalhou no design gráfico do livro. Por meio de conversas, ela apresentou conceitos e ideias, principalmente em relação à paleta de cores que utilizaria na composição do material. As cores circundam os tons da bandeira trans, como o rosa e o azul (ver Anexo 2).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transgeneridade é um tema que, apesar de aparecer com certa frequência nas produções jornalísticas atualmente, ainda é pouco discutida de forma mais profunda, principalmente quando me refiro ao jornalismo literário. O livro *O nascimento de Joyce* é o principal exemplo e referência que usei para produzir o meu livro-reportagem.

A criança do porta-retrato quebra uma lógica e uma resistência social sobre não discutir a infância e adolescência transgênera, principalmente porque, o Brasil se destaca em relação a outros países na discriminação e violência contra transgêneros. Em levantamento realizado para este Trabalho de Conclusão de Curso, analisei reportagens, entrevistas e artigos de opinião do jornal Folha de S.Paulo, entre janeiro de 2017 e novembro de 2018. Em minha análise, das 45 produções coletadas, apenas quatro eram pautas sobre crianças, adolescentes transgêneros e suas famílias.

Escrever sobre pessoas transgêneras exigiu delicadeza, cuidado, conhecimento e apuração dos fatos. Transgêneros já sofrem com a pouca existência de dados, que impedem a criação de políticas públicas mais específicas para a população brasileira. Transgêneros resistem diante de abordagens equivocadas sobre “identidade de gênero” tanto na academia, quanto nos espaços sociais e, principalmente, pelos veículos de comunicação. Transgêneros ouvem, diariamente, discursos intolerantes também nas esferas de poder do Brasil, como exemplo as opiniões do Presidente eleito, Jair Bolsonaro. Diante disso, a minha função como jornalista foi ir contra a maré e coletar, constantemente, as informações e produzir um conteúdo com responsabilidade social.

Identidade de gênero já se coloca como um tema de pesquisa infinita, e esse foi um dos desafios e aprendizados na produção do livro-reportagem. Durante o estudo do tema e entrevistas, conheci outros aspectos e vertentes das pesquisas sobre gênero e identidade. Esses conhecimentos renderiam, talvez, outro livro reportagem. Isso porque, tive que deixar de lado muitas informações para concentrar toda a produção sobre a infância e adolescência. Mesmo neste documento monográfico, muitos aspectos não foram abordados.

Nesse sentido, termino este Trabalho de Conclusão de Curso tendo pisado em terras distantes das concepções sobre infância que tive até entrar na graduação

e produzir este livro-reportagem. Ao pensar no aspecto social, a experiência jornalística mudou minha maneira de ver o mundo e também a profissão. A resiliência das famílias ao reconhecer a identidade de gênero de seus filhos/filhas, netos/netas e irmãos, me fez aprender sobre o respeito às escolhas e a força em lutar pela diversidade de gênero no Brasil. Como jornalista, fez perceber a missão que tenho além do noticiar um fato, mas também atuar por mudanças significativas na realidade.

Avalio que o trabalho desenvolvido foi satisfatório. A proposta inicial do meu projeto foi alcançada e o livro-reportagem *A criança do porta-retrato* será uma fonte de informação sobre o reconhecimento social de crianças e adolescentes transgêneros. Por ser a primeira produção jornalística que realizei nessa dimensão, algumas coisas poderiam ter sido feitas de forma diferente. Reflito que pela sensibilidade ao tema, dei passos em recuo algumas das vezes por medo de perder uma fonte ou de cometer algum erro. Fica o aprendizado.

Acredito que este trabalho consiste em um material que retrata, além da infância e adolescência transgênera, a história de famílias que apoiam as escolhas de seus filhos. Os depoimentos apresentados no livro passeiam sobre descobertas, receptividade das escolas, desafios no dia a dia e expectativas para o futuro. Sendo assim, vejo o livro-reportagem como forma de demonstrar ao público-alvo que família, escola e sociedade participam do reconhecimento das identidades e o gênero não é barreira para o amor.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2006.

_____, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 15-41, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do Corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERENICE DIAS, M.; ZENEVICH, L. Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável. **Gênero & Direito**. Paraíba, v. 3, n. 2, 2º semestre 2014. Seção 01: Contextualizando Gênero. Disponível em: <
<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/20049/11794>>. Acesso em: 1 junho 2018.

BRASIL. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Ministério da Saúde**, Brasília, DF, 18 ago. 2008.

BRASIL. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Considerando a necessidade de apoiar os gestores do SUS na regulação, avaliação e controle da atenção especializada no que concerne ao Processo Transexualizador, resolve. **Ministério da Saúde**, Brasília, DF, 19 ago. 2008.

BRASIL. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Ministério da Saúde**, Brasília, DF, 19 nov. 2013.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: Teorias da Sujeição. Tradução de: BETTONI, Rogério. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Título Original: *The Psychic Life of Power*.

_____, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução de: AGUIAR, Renato. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Título Original: *Gender Trouble – Feminism and the Subversion of Identity*.

_____, Judith. O fantasma do gênero. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2017. Ilustríssima.

CARVALHO, C. A. de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.

CASTRO, G. de. A palavra compartilhada. In: _____, G. de; GALENO, A. (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2005.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; RIBEIRO, Gabriela Chicuta. **Relatório de Iniciação Científica: gênero e sexualidade na educação**. (no prelo). Universidade Federal do Paraná, 2009.

CHAPARRO, Carlos. De como a ciência pode ajudar a notícia. **Fórum**. São Paulo, 30 jan. 2004. Disponível em: < http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/forum2_a.htm>. Acesso em: 16 junho 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2007, Brasília. **Texto-base da Conferência Nacional de gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, editado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República**. Secretaria Especial de Direitos Humanos: 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Parecer CFM no 8/13, de 22 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre terapia hormonal para adolescentes travestis e transexuais. **Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, São Paulo, fev.2013. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/pareceres/CFM/2013/8_2013.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FLORES, N.; GOMES, I. Categorização de Blogs escritos por cientistas: uma proposta. **Famecos**. Porto Alegre, v. 23, n. 2, jun./ago. 2016. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22090/14172>>. Acesso em: 18 junho 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 17a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo**. Tradução de: SILVA, L.R. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

HERSEY, John. **Hiroshima**. Tradução de: FEIST, Hildegard. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Título original: Hiroshima.

JORGE TEIXEIRA, D. **A interatividade e a narrativa no livro digital infantil: proposição de uma matriz de análise**. 204 f. Dissertação (Pós-Graduação em Design e Expressão Gráfica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**. Curitiba: Transgente, 2015.

LIONÇO, Tatiana. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica**. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LOPES LOURO, G. Corpo, escola e identidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59 – 75, jul./dez. 2000.

_____, G. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCON, Neto. Justiça autoriza pela primeira vez mulher trans mudar nome e gênero sem a exigência de laudo. **Nlucon**, São Paulo, 4 nov. 2016.

MACEDO, A.G.; AMARAL, A.L **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 2005.

MACHADO, Livia. SP elege sua primeira deputada transgênera. **G1 São Paulo**, São Paulo, 8 out. 2018.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Sadao Omoto (orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003.

MAPA DE ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2017. Rio de Janeiro: Antra, 2016-2017. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MARTINEZ, Monica. **Jornada do herói**: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Annablume, 2008.

MELANI ROCHA, P.; XAVIER, C. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**. São Paulo, v. 7, n. 14, jul./dez. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/69434-91921-1-SM.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2018.

MORAES, V. de; KANEHIDE IJUIM, J. O jornalismo literário de Realidade. **Revista PJ:BR**, São Paulo, n. 12, novembro 2009. Ano VI. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos12_d.htm>. Acesso em: 12 junho 2018.

MORRE João W. Nery, primeiro homem transexual a ser operado no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 26 out. 2018.

MURTA, Daniela. "Entre o transexualismo verdadeiro" e a diversidade da experiência trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; SILVA JÚNIOR, Aureliano Lopes; UZIEL, Anna Paula (Orgs.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

NLUCOM. Disponível em < <http://www.nlucon.com/2016/11/justica-autoriza-pela-primeira-vez.html>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

OMS tira a transexualidade de nova versão de lista de doenças mentais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2018. Equilíbrio e saúde.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PEREIRA LIMA, E. **Páginas ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 3. ed. Barueri: Manole, 2004.

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL – 4ªed. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2015. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SANTOS, D.B.C. **DOCÊNCIAS TRANS***: entre a docência e a abjeção. 2017. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade. v. 20, n. 2. 1995.

SEFFNER, Fernando. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: Pensando algumas situações brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SILVA, M. F. **Trajetórias Trans**: apoio social e relações afetivo-transexuais de transexuais. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOLOMON, Andrew. **Longe da Árvore**: Pais, Filhos e a Busca da Identidade. Tradução de: GARSCHAGEN, D. M.; ARAÚJO, L. A. de; MAIA SOARES, P. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Título original: Far from the Tree: Parents, Children, and the Search for Identity.

STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração do registro civil sem mudança de sexo. **STF Notícias**, Brasília, 1 mar. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

TALESE, Gay. **Fama e Anonimato**. Tradução de: VIEIRA MACHADO, L. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Título original: Fame and Obscurity.

UNIÃO Sul Goiana da Diversidade. Disponível em:

<<http://usgdcaldasnovas.blogspot.com/2013/08/modulo-4-escala-de-kinsey-e-do-dr-harry.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Psicologia, sexualidade, novas configurações familiares e aspectos legais da promoção de direitos.** Apresentado no Conselho federal de Medicina, Brasília, 2011.

_____, Elizabeth. Transexuais: Identidade e cidadania. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

APÊNDICE 1 - DECUPAGENS

Decupagem da entrevista com Noah*, 15 anos, realizada no dia 28 de julho de 2018, com duração de 54 minutos. Edição bruta.

* Nome foi alterado para preservar a privacidade da família.

Minha infância, assim, eu sofri muito *bullying*, pois eu era uma criança gorda. E eu provavelmente era a criança mais quieta da face da Terra e as pessoas só não gostavam de mim mesmo. Foi bem de boas, eu estudava bastante, tirava notas boas, ia ao colégio e fazia tarefas. Quando eu era menor tinha poucos amigos. Por isso, eu desenho desde que era pequena.

Na minha adolescência não saio muito. Fico em casa e tento desenhar. Estou tentando escrever uma história. É um livro tipo Harry Potter. Ouço música, que é muito mais a letra que a melodia. Mais indie e rock alternativo. É muito de boinha.

Com a minha família, eu não lembro muito do meu pai, pois ele trabalhava bastante. Era bem ausente. Hoje ele é aposentado e até hoje eu não interajo muito com ele. Ele vai muito para a igreja. Quando fica em casa me dá um oi a cada cinco dias e é isso.

Eu não tenho muita disforia com meu corpo. Eu percebo muito que as pessoas que tem mais disforia é porque estão em um ambiente que não se sentem seguras. Como eu demorei muito para falar, e não ligo muito pelo que as pessoas acham. Quando eu vou no mercado, ou na panificadora comprar pão, eu sempre peço para alguém estar comigo e falar com a pessoa. Pois as pessoas sempre vão falar moça. É um negócio que assim, eu já sou uma pessoa passiva, em que 10% do meu tempo só eu estou falando. Isso me estressa demais e eu percebi que eu estou começando a falar menos por causa disso. Mas meu corpo, não me sinto muito desconfortável. O que mais me incomoda são as pessoas utilizando o pronome errado e minha voz.

Eu demorei muito tempo para entender que sou transgênero. Antes eu só achava que eu era uma pessoa masculina mesmo. E eu lembro nitidamente de ser pequena e pensando “puts, eu quero ser menino”. A maior parte dos meus amigos são piás. E eu lembro deles falando que gostavam de mim, pois achavam ser possível agir comigo da mesma forma que agiam. E eu me sentia muito confortável sendo tratada

assim, mais do que no grupo das meninas sabe. Eu sempre tive a sensação de estar fingindo quando estava num grupo de meninas. Uma coisa que foi o divisor de águas foi a mudança para o militar. Pois o Colégio Militar tem muito essa diferença de uniformes, batalhão diferente... Eu dei um jeito de usar coturno no ensino fundamental para não precisar usar saia. Foi um divisor de água pois, estar naquele ambiente e naquele grupo me deixava tão desconfortável. E daí eu fui percebendo. Mas assim, eu achava que eu era uma pessoa não binária, só. Isso que eu me identifiquei como não binária por um tempo só, mas depois percebi que não era isso. Eu pesquisei bastante sobre essas coisas, sozinha. Comecei a assistir vídeos de uma pessoa não binária, e comecei a me identificar. A partir disso foi só aumentando.

Quando percebi, acho que eu não pensei: sou uma pessoa trans. Eu pensei “sou um homem”. Uma coisa que me impediu de falar sobre isso é o meu pai. O meu pai é uma figura complicada, porque ele é uma pessoa muito religiosa. É doido de pedra. Eu comecei a me sentir muito não bem vindo. O problema é que no meu 8º ano eu entrei em depressão bem intensa, pois eu sentia que não tinha lugar ali. Não tinha também nenhum lugar seguro e ficava guardando para mim sabe. E daí foi piorando e eu fiquei meses e meses sem sair de casa. Só que uma hora eu cheguei e cansei dessa história. Já tinha começado a terapia. Nos últimos tempos eu tenho mesmo só vivido a minha vida.

No meu período de depressão eu acabei brigando com todos que eu tinha por perto. Das pessoas que hoje eu tenho convívio, a principal é uma amiga do Colégio Militar, a Helena. Desde que eu falei que sou trans, ela toma muito cuidado com tudo. Ela viu eu sofrendo de perto. E desde que eu falei, ela não errou o pronome uma só vez. Tem um outro amigo, o Lucas, que é do mesmo colégio que o meu irmão estudou. Falar pra ele que eu sou trans foi uma coisa muito engraçada, pois eu falei e ele disse “qual a novidade?” Eles são as pessoas com quem eu mais falo.

Na família, meu pai é meu pai. Eu sei que ele não me rejeitou, pois ele gosta muito da minha personalidade. Mas ele se afastou. A minha mãe é um pouco complicada. Ela se vangloria pelo fato de não ter me expulsado de casa, mas ela não tenta dar um ambiente bom para mim. Ela tenta me apoiar no que é conveniente para ela, e é isso. Meus irmãos me dão apoio e foram sempre mais acolhedores que meus pais. Meu pai constantemente me deixa triste. Ele não me rejeita, mas também não me apoia. Ele faz parte da minha vida, mas não participa dela. Me deixa tão frustrado

isso. Anos atrás ele vinha conversar comigo. Agora, só porque eu sou trans eu morri pra ele, sou outra pessoa. Renasci das cinzas como uma fênix. As coisas melhoraram para mim, mas ele está mais pistola, e eu não entendo. Não é uma quebra de expectativa, eu não virei outra pessoa.

O surgimento do nome Noah: eu sempre achei esse nome bonitinho. E eu gostava muito de *A pequena sereia*. E também gosto porque é um nome neutro. Eu sempre gostei muito de nomes neutros e juntou várias coisinhas e eu acabei escolhendo. Pra me chamarem de Noah foi de boas. Meus irmãos chamam direitinho. Meu pai não chama por Noah e minha mãe, às vezes ela erra. Quando ela fica brava acaba falando o pronome errado também, mas não é de maldade.

A minha saga na escola é longa. Eu estava em depressão e eu não tive o começo desse ano. Então eu estou fazendo EJA [Educação de Jovens e Adultos]. Não contei para as pessoas que eu sou trans, e estou lá sendo passiva. Tem um professor que sabe. Ele não entende muito as questões trans, mas se parar para falar com ele, ele vai ouvir e respeitar. Ele é com quem eu mais falo. O que eu mais me enche o saco, em todos os lugares, é que as pessoas me tratam no feminino. Acontece porque as pessoas não sabem. Daí eu corrijo e elas pedem desculpa. Eu sempre falo a seguinte frase: “eu sei que eu engano bem, mas eu sou um menino”. Isso tem dado certo. Se eu chegar e falar que eu sou trans, as pessoas vão me tratar no feminino. Eu tenho certeza absoluta.

Decupagem da segunda entrevista com Noah, 15 anos, realizada no dia 25 de agosto de 2018, com duração de 1 hora. Edição bruta.

Eu era muito Maria João. Eu só ficava com os meninos e não aguentava as meninas da minha idade. Eu preferia sempre ficar com meninos, pois me sentia menos mal. Eu tinha uma sensação errada ao estar com as meninas, no sentido de que eu teria que me enquadrar para estar com aquelas pessoas. Sentia que não fazia parte daquilo. Isso quando eu tinha por volta dos 7 anos. Só que eu achei que era só o meu jeitinho de não me dar bem com as pessoas. Pois assim, mesmo eu sendo uma pessoa trans, eu ainda gosto de coisas femininas, o que me deixou dentro do armário por algum tempo. Isso meio que confunde as pessoas e me confundia também.

Eu não tive um primeiro objeto de identificação com o gênero masculino. Foi mais perceber que eu não era uma pessoa feminina. Tem uma frase que meus amigos sempre falavam, que é: “você é basicamente um piá”. Lembro de um coordenador do Colégio Militar que ficava assustadíssimo da forma com que eu me dava bem com os meninos. Eu nunca tive uma coisa física, mas sempre foi mais a forma que eu agia. Eu sou uma pessoa bem desconstruída das coisas, pois isso foi mais a forma que eu agia.

Por muito tempo eu achei que era somente uma pessoa não binária sabe. Pois eu ajo dessa forma masculina, mas não tenho nenhuma repulsa por coisas femininas. Isso me confundiu por muito tempo. Eu me enxergava desta forma masculina, mas não queria me enquadrar nas coisas masculinas. É uma coisa minha, da forma como eu me entendo como gente sabe... Foi quando eu entendi que não me sentia confortável no meu quadrado feminino. Isso quando eu tinha 12 anos, aproximadamente. Ser colocada num estereótipo tão fechado faz me sentir desconfortável. Eu não tive uma coisa tão óbvia. As pessoas à minha volta já foram percebendo, por exemplo o meu irmão.

Minha mãe ainda hoje não entende muito, pois pra ela tem muito a questão do estereótipo. Ela não me trata no feminino, mas vejo que ela fica meio receosa. Para meu pai, eu basicamente morri para ele. E meus irmãos, reagiram bem falando que já sabiam.

Com minha mãe eu contei para ela a minha identificação de gênero, e ela reagiu de forma ok. Meu pai reagiu mal, falando que era calúnia. Para minha mãe eu cheguei e falei que me identificava com não binário, e depois expliquei que me identifico com o gênero masculino. Pedi para me chamarem pelos pronomes masculinos, e foi isso que aconteceu. Eu já tinha tido essa abertura, pois eu não falo nada para o meu pai basicamente, então já estava estabelecido que eu poderia ser uma pessoa não binária. As pessoas já estavam acostumadas com a ideia de que eu poderia não ser uma menina 100% do tempo. Com meu pai, nós não tínhamos falado sobre a parada não binária para ele, pois ele não entenderia, só que ele fica me tratando pelo gênero feminino. Por isso, eu sentei e conversei com ele, que reagiu falando “vai contra tudo o que eu acredito”. Ficou esperneando. As pessoas têm essa ideia de “por que você não se identifica com o seu gênero?” Como se você nascesse de volta. Uma fênix, outra pessoa. Isso me irrita. A única coisa que morreu em mim foi a sua expectativa de eu ser alguma coisa que, para mim, nunca fez sentido. É irritante

pois eu ainda sou a mesma pessoa, só estou numa posição muito menos ruim para mim agora, e as pessoas ficam me cobrando.

O que mais me incomoda são as pessoas não me tratarem com o pronome masculino e a minha voz. A minha voz me incomoda num nível desumano. É ruim porque eu deixo de falar com as pessoas, pois eu sei que elas vão me tratar no feminino. Eu só tenho disforia com a voz, e estou de boas com o meu corpinho. Por isso, a transição de gênero eu planejo fazer, mas o corpo não me incomoda. Quero fazer pra não ter o desconforto de usar um bynder. Eu não me sinto mal em não usá-lo, mas a ideia das pessoas me tratarem de errado se eu não usar me incomoda demais. Então eu uso. Provavelmente eu vou fazer mastectomia, e tomar hormônio por causa da minha voz, só isso. Não sinto desconforto com meu corpo, pois nunca vi como estereótipo um tipo de corpo masculino.

Faço acompanhamento psicológico desde o começo do ano. É uma psicóloga muito empática. Eu ia em uma psicóloga anteriormente, que eu nem cheguei a falar para ela que eu sou trans, pois ela me deixava muito desconfortável. Me chamava de gay. Eu troquei. O problema é que eu não queria ir na minha psicóloga antiga pois ela era muito ruim para mim. [Ele passou por duas psiquiatras antes, inclusive uma receitou um remédio que fez mal à ele. Hoje ele não toma mais nenhum remédio].

Eu tô bem tranquilo em relação ao meu gênero. Por isso, não tenho muito o que ser ajudado em questão de gênero pela psicóloga. Mas sim, mais em relação à convivência com seres humanos.

Eu entrei no Colégio Militar, pois no meu colégio antigo eu sofria *bullying*. Eu entrei no militar em 2014 e foi legal no começo, depois tudo ficou muito péssimo. Meu segundo ano foi mais complicado, pois eu já estava numa época ruim da minha vida e acabei repetindo o ano. No começo do 8º ano eu não conseguia sair de casa. Fiquei até junho sem conseguir ir pra aula. O colégio era um ambiente ruim, em casa era ruim. Foi só piorando. O colégio era ruim pois, na minha turma, não tinha ninguém que eu conhecia. Eu me sentia mal com as pessoas, chegando em casa o ambiente também era depressivo. Foi aí que eu comecei a perceber que não me enquadrava com aquilo e tive medo que não me aceitassem. Foi juntando muita coisa. O começo do 8º ano foi bem complicado, e aí comecei a fazer tratamento. No colégio militar eu estava no armário ainda. Tinham pessoas legais, mas elas não tiram da pressão que você sente.

Eu usava o uniforme naquele colégio, mas tem todo um negócio que as meninas precisam usar determinado uniforme. Tem toda a pressão do estereótipo da menina perfeita. A saia, eu me sentia muito mal ao usar. Saindo do militar eu voltei para o meu antigo colégio. Os primeiros dias foram difíceis, mas depois ficou bom. A minha turma era a turma do orgulho LGBT, e todos me tratavam bem e eram receptivas. Falei que eu sou transgênera no começo desse ano, antes de sair do colégio. As pessoas eram tão leves e legais comigo que eu não me importava se me chamassem pelo nome de registro. Depois que eu troquei para o nome social, as pessoas começaram a me tratar como eu queria. Teve um amigo meu que eu não falei para ele, por causa do seu jeito. Uma amiga em comum falou. E quando ele veio falar comigo foi super legal e querido. [Nesse momento ele me mostra o all star com a assinatura de todos os amigos].

Como a minha depressão foi aumentando, não rolava mais ficar no colégio. Depois eu voltei para estudar no EJA pela noite. O EJA é complicado. São pessoas mais velhas. A única pessoa com quem eu falo é uma moça da minha sala de Ciências. Meu professor de Artes, que é o estereótipo de gay dos anos 80, foi a primeira pessoa que veio falar comigo e eu percebi que ele se tornou um amigo. Agora está mais tranquilo nesse colégio.

Teve uma vez que teve uma palestra sobre prevenção de suicídio. Algumas pessoas foram para palestrar e um rapaz deu exemplos de sentimentos. Pediu que se alguém estivesse sentindo isso que levantasse a mão. Eu levantei a mão e ele começou a falar sobre mim se referindo no feminino, na frente do colégio inteiro. Eu fiquei muito mal, mas eu reagi e falei que sou um piá. Não me senti mal, mas fiquei irritada, por precisar explicar.

Você me perguntou sobre banheiro. Eu já não gosto de ir no banheiro fora de casa, então eu não vou. Mas é bem tranquilo no colégio, ninguém já chegou a me questionar porque eu estou lá. No meu antigo colégio eu usava o banheiro feminino, pois as pessoas já me conheciam.

Eu tinha um cabelo enorme há uns anos atrás, e cortei, no começo do meu segundo sétimo ano. Foi uma surpresa pra todos. É a melhor coisa do mundo. Cortar o cabelo foi porque eu cansei de ter o cabelo longo. Não foi pela questão de ser trans, mas mais pois eu sentia que eu me escondia debaixo do meu cabelo. Eu gosto de ter o cabelo comprido. E eu acho que para mim não importou muito ter um cabelo longo, mas se eu tivesse hoje seria um pouco mais complicado, pois as pessoas te

veem de costas e já falam moça. Parece que as pessoas procuram traços femininos em mim, mesmo eu tendo rosto quadrado, mesmo eu sendo uma pessoa alta, mesmo tendo um pé grande. Basta um traço, que até agora eu não sei qual é.

A minha maior vontade acho que é fazer o tratamento. Minha minha voz me incomoda demais, pois as pessoas falam que eu tenho uma voz bem andrógina. Eu ouço de forma diferente a voz que vocês escutam. A voz que eu escuto é feminina, e me incomoda demais. Eu não gosto de falar bastante por causa dessa história. E eu gostaria de ir na padaria pedir meus cinco pães sem alguém me chamar de moça e sem eu ficar com medo de alguém me chamar assim. A voz chega a ser um estereótipo social também.

Quando falamos sobre a designação “transgênero”, é uma coisa que eu acho problemática, pois assim, as pessoas tratam a pessoa trans como algo diferente como o gênero masculino e feminino. Eu quero ser conhecido como piá e não como um piá trans.

Decupagem da entrevista com Fernando*, irmão de Noah, realizada no dia 25 de agosto de 2018, com duração de 25 minutos. Edição bruta.

* Nome foi alterado para preservar a privacidade da família.

Eu lembro que tinha um post que era assim “o que eu quero de natal”. Aí tipo, tinha uma foto que era uma seringa com hormônio. E tipo, opa né. O que chamou mais a atenção foi justamente aquela vez que ele parou de ir para a aula né. Aí fomos conversando né. Eu ali tentando descobrir o que estava pegando. E aí o que eu imagino né, influência daquela saída dele da escola. Naquela época era justamente esta questão do tipo: estar lá naquele ambiente super opressivo e ter um militar oprimindo. Lá em casa o simbolismo do militar é bem forte, com o pai militar. E assim, nosso pai não é só um militar, porque ele era comandante da polícia até pouco tempo atrás. Então ele é uma figura bem emblemática, é muito engraçado, porque na terapia nós sempre estamos discutindo isso, a caracterização do pai em casa assim. É estranho porque assim, de um lado é o cara colossal. Se reforça muito lá em casa essa coisa. Não tem uma coisa legal e boa. Não, tem que ser épico, tem que ser épico, tudo tem que ser épico. Então é difícil.

Quando o Noah foi “sair do armário”, entre aspas, teve muito receio de que o nosso pai surtaria, pela religião. Tanto que meio que eu fiz uma mediação. Eu vi que o Noah estava mal, e vi que o ponto era esse da identidade. Para mim tava claro. Eu fui falar com o pai, nesse sentido, para preparar o terreno. Falei pra ele que tinha algo que não era padrão. Ele disse que notou, mas ignorava. Foi assim. Não digo que ele aceita, pois claramente ele tem uma esperança que seja só uma fase. Mas tem uma tolerância, algo assim que, acho que o Noah consegue trabalhar muito mais que a negação absurda.

O que eu lembro foi dessa conversa: quando eu fui conversar com meu pai não foi nesses termos, foi mais no sentido que “note que sua filha é diferente”. Foi mais num esboço do que seria o Noah, que ele não se identifica. Quis marcar que não estava estabilizado. Passou um tempo, e depois que veio o nome “Noah”.

Não sei quão tranquilo pode ser a mudança, mas tem um negócio no caso do Noah que ajudou. Ele tem um apelido desde muito novo que é “o gato”. Sempre foi “o gato”. Migrou de Ana e foi para o gato, e agora Noah. No começo ele ficava chateado se chamávamos ele pelo pronome feminino, mas a gente explicava que estava tentando. Até acho que foi rápido.

Acho que a aceitação dos irmãos foi tranquila. O Eric [outro irmão] e o Noah dormem no mesmo quarto, por isso foi uma coisa de passar junto, descobrindo junto. Eu fui mais de fora, e fui muito sortudo de ter experiências da vida para me preparar em ter esse contato. Com amigos. Estar cursando psicologia ajuda também. Para mim o que resolveu foi isso.

Na verdade, eu ainda conheço pouco do assunto. É o Noah quem ensina a gente. Coisas que são tipo levar no médico, minha mãe tem atendido. Quanto realmente à conhecimento, legislação e até filosofia por trás, o Noah conta muito.

Acho que tenho medos. Minha grande questão: eu sempre me preocupava e me perguntava do “e agora?” O medo que eu tenho é o medo de todo mundo. Hoje não tenho nenhum medo específico. Tenho uma conhecida, que a vida foi construída em função da nova identidade, como se sempre fosse assim. Passa batido. Então, tenho medos e receios, acompanhando alguns casos, também da transição. Até em relação à idade. Os dilemas do Noah com 15 anos são diferentes dos meus quando tinha essa idade. Os meus dilemas eram comprar lego, um super problema. E eu vejo o Noah combatendo questões mais complexas e penso que ele é tão novo.

Decupagem da entrevista com Brenda Ferrari - 37 anos, diretora de um colégio estadual na Lapa e mulher trans - realizada no dia 3 de outubro de 2018, com duração de 38 minutos. Edição bruta.

Não existia esse nome transexual quando eu era criança. Por mais que a minha família colocasse o nome e vestisse a roupa de menino, eles já sabiam que era só para as pessoas de fora verem. Eles já sabiam que dentro de casa eles tinham uma menina. Desde criança eu já me impunha, eu brincava com coisas de menina e queria brinquedos femininos. Para os meus pais não foi uma surpresa. Foi por isso que eu consegui estudar. Foi uma infância bem tranquila. Em casa os gestos, os desenhos todos eram voltados pelo lado feminino. Meu pai era treinador de futebol e me levava. Eu ficava brincando, mas não ia jogar bola. Então eles tentavam, mas não conseguiam. Minha mãe até tentou procurar um médico, para ver se ele me dava hormônio masculino, mas ele explicou para ela que não era possível e não ia mudar meu jeito de ser. Assim ela começou a me aceitar. Minha mãe foi mais difícil que o meu pai. Ele nunca brigou, se impôs, nada. Foi bem tranquilo. Os meninos queriam me bater na escola por preconceito e ele me ajudava. Minha mãe sentiu um pouco de vergonha, dos parentes, pela própria religião. Mas depois dos 12 anos, quando ela me levou nesse médico, teve uma mudança. Quando eu ouvi ela falar em hormônios, eu fui pesquisar e descobri que anticoncepcional tinham hormônios femininos, com 12 anos. A partir daí eu comecei a deixar meu cabelo crescer.

Meu desejo é ser mulher, até a palavra transexual não me soa bem. Eu sou mulher, atuo na comunidade. Sou tratada como Brenda, a diretora. Agora tá saindo minha documentação e vai ser mais tranquilo. Fui professora há anos, agora sou diretora do colégio e nunca passei por situações de preconceito. Minha vida foi muito tranquila, até porque desde pequena eu me impus. As pessoas da cidade me conhecem e sempre me protegiam quando tinha alguma situação que poderia ser constrangedora. Os únicos espaços que até então eu me sentia desprotegida é quando eu vou consultar um médico que eu nunca fui. Pois ele vai chamar pelo nome, eu tenho que chegar na secretária e falar. Tem lugares que se recusam. Então são situações como essa que eu passei. São situações pequenas que me constrangiam, mas não posso dizer que passei por situações de preconceito.

Passei por situações de bullying, no segundo ano do ensino médio. Até a 8ª série tinham apelidos, coisa assim, mas passava, pois eu era líder, tinham muitas

amizades. Quando eu troquei de colégio e só tinham adolescentes maiores, foi mais difícil. Eu estudava pela noite, trabalhava de dia como digitadora. Ali foi mais difícil pois os meninos da sala se revoltavam, isso porque eu ia vestida de menina. E as professoras me chamavam de Brenda já. Eu tinha carinho das pessoas. Os meninos davam chute, xingavam. Eu quis desistir de estudar, mas teve uma palestra na escola sobre a questão da diversidade. A partir daí eu comecei a fazer amizades, e eu me formei como brenda, com vestidão... (risos.)

Desde criança eu me comportava como menina, e eles não tinham o que fazer. Tanto que meu pai dizia que minha irmã era mais piaçã que eu. Eu queria ser menina, uma mulher e eu sabia que há uma cirurgia, já sabia que queria fazer. Mas eu não conhecia o nome “transgênero”. Fui saber depois com 15 16 anos.

Foi muito difícil até os 30 anos. Eu tentei de várias formas mudar o corpo com silicone, com intervenções. Hoje eu me arrependo. Coloquei aquele silicone industrial no peito e tive que amputar a mama, cortar com músculo e tudo. Ficou um buraco que eu tive que reconstruir. Eu tenho prótese hoje, mas a sensibilidade é quase zero. Foi bem traumatizante. (pausa.) Eu coloquei também no meu bumbum, mas quando eu vou sentar tenho muita dor. Hoje eu me arrependo muito. Sei que mais tarde pode ser que eu tenha complicação. Com a cirurgia de redesignação, até agora, eu só tenho alegrias. Por poder colocar uma calcinha sem sentir dor... pois quando eu colocava apertava, doía, machucava. Era terrível. Eu tinha que sempre estar usando camisetão para esconder. Nossa como eu sofria.

Ter feito a cirurgia me deu muito mais que insatisfação. Eu não sei explicar. Agora que eu estou começando a colher os frutos da vagina. Tô começando agora a comprar roupas, pois até então era terrível. Na infância minha relação maior era o cabelo, que eu queria ter comprido. Minha mãe não deixava e eu chorava. A partir dos 12 anos eu teimei e deixei longo mesmo.

Eu tinha o sonho de ser professora, só tive professoras mulheres. Eu estudei para ser professora. Só que para arrumar emprego... ninguém pegava para trabalhar. Comecei trabalhando como digitadora, pois eu digitava realmente mais rápido que as pessoas. Era uma empresa terceirizada por tempo. Eu fiz um curso de cabeleireira. Fiz faculdade e foi bem difícil de pagar. Em 2007, fiz concurso para professora e consegui entrar.

Aqui, no trabalho, os adolescentes são queridos. Como diretora eu posso chamar atenção e nunca me faltaram com respeito. É algo incrível. No boletim deles está o

meu nome de registro, então eles sabem. Mas todos que têm contato comigo veem a minha pessoa. Eles veem a Brenda, e não o órgão sexual. O adulto, me parece, enxerga a partir do órgão genital. Já as crianças e adolescentes não. Tem uma doçura. Desde sempre, nunca nenhum aluno fez nenhuma piadinha, por mais ruim que eu fosse.

Estou em processo para mudar meu nome nos documentos, desde 2015. Já saiu a homologação e o juiz mandou um ofício para os órgãos competentes. Agora o cartório vai fazer o registro do nascimento para, depois, eu fazer a entrada nos outros documentos, como identidade, CPF, carteira de motorista, diplomas e todo o resto. Todos os documentos. Vai demorar um pouco mais. Por enquanto, só tenho o nome no título e o cartão do SUS. [Brenda pega de uma mesa dois carimbos, que aparecem os dois nomes: o de registro e o nome social. Ela conta que a Secretaria Estadual de educação ainda exige que ela responda pelo nome de registro].

Talvez meu maior medo foi ficar em hospital com homens. Medo também de verem meu órgão genital. Se qualquer pessoa um dia chegasse a ver, seria horrível para mim. Até outros parceiros, eu nunca deixava ver. Agora, depois da cirurgia, é um alívio.

Até os 12 anos meu o corpo era normal. Tinha medo da voz, começaram a crescer pelos no corpo. Por isso eu tive que tomar hormônio. E tirava os pelos com a pinça. Foi bem difícil... Eu gastei muito dinheiro. Gastei muito dinheiro com o corpo. E nunca tive acompanhamento médico, sempre foi por conta. Eu comecei a fazer o processo transexualizador com a equipe médica lá do Rio de Janeiro, desde 2011. Tratei com psicólogo, psiquiatra, endócrino.

Existe um preconceito muito grande com as pessoas que não se encaixam nas normas. Eu sei que eu não senti tanto preconceito pois eu me encaixei na norma que é feita para a mulher. Fui aceita, respeitada, querida. Agora, se eu fugisse da norma, acho que não teria tanta aceitação. Depende da forma com que a pessoa se porta. E a pressão sobre a mulher trans é maior.

Decupagem da entrevista com Daniel*, pai de Ana Carolina*, realizada no dia 13 de setembro de 2018, com duração de 58 minutos. Edição bruta.

*Os nomes foram alterados para preservar a privacidade da família.

Aconteceu um monte de episódios que a gente não sabia e nem demos muita importância. Por exemplo, ela na época pediu para raspar o cabelo. Ela raspou o cabelo e na mesma hora começou a chorar. Isso foi a primeira coisa. Na sequência tinha a porta. Em qualquer lugar ela vinha, abria a porta e falava “primeiro as damas”. Sempre passava a irmã. Ela começou a fazer o que: ela gritava primeiro as damas, e corria na frente e entrava. A gente achava sempre que era brincadeira. Foi acontecendo isso. Na sequência, nós temos uma escola de patinação. Teve bastante gente que chegava lá e doava roupas. Sempre a Luísa ganhava roupa. Teve um dia que levamos as roupas para a Luísa, e a Ana perguntou se poderia experimentar. Eu até pensei que devia ser uma camiseta unissex, deixei. Ela apareceu na cozinha com um vestido e com um brinco. Daí que pra gente foi um choque. Mas não caiu nenhuma ficha, eu nem imaginava que isso seria uma possibilidade de existir na vida, era um universo que a gente não conhecia. Nesse dia, ela chegou na cozinha, de vestido e a orelha furada. Ela pegou um brinco da Luísa e furou sozinha, tanto que ficou uns meses com tratamento pelos danos que ela causou. Mas assim, ela girava com o vestido, parecia um bambi saltitando de tão feliz, eu lembro até hoje. (risos.) Nesse dia nós meio que brigamos com ela, pedimos para tirar a roupa. Ela queria ir para a escola daquele jeito e aí pedimos para ela tirar. Imagine chegar com um Vitor vestido de menina? Ela ficou uma semana meio borocochô. Então, as crianças começaram um acompanhamento com a psicóloga, que falou para deixar livre. Aí nós começamos a entender o que é uma pessoa trans. Entendemos “pronto, existe”. Mas aí vem outro ponto, que existe na infância, mas pode acontecer que ela queira destransicionar. Segundo os médicos o caso dela é quase zero, pois ela se vê como uma menina.

A primeira fonte de informação foi com a psicóloga e procurei bastante na internet. Entrei em contato com pessoas trans. Entrei em contato com a mãe da Mel que apareceu no Fantástico. Entrei em contato com o HC de São Paulo.

A primeira demonstração efetiva foi a roupa e o brinco. Depois foi caindo a ficha que, por exemplo, aquele fato da porta, ela quis ver até onde a gente ia aceitar. Começamos a entender as coisas que aconteciam. O cabelo era uma forma dela ser aceita, pois, para ela ser aceita tinha que ser menina.

Fizemos um combinado que ela só usaria as roupas em casa, daí esse combinado foi se estendendo. A Ana criou metas, nossos combinados, que só podia usar a

roupa em casa. Daí ela pediu para ir até a padaria, depois começou a usar na escola de patins. “Posso ir no shopping só?” E esse combinado foi aumentando. Pra nós não foi fácil.

Teve um aniversário da prima que ela foi vestida de menino, mas levou o maiô. A prima fez em fevereiro aniversário. Ano passado. Eu vi que em um momento ela pegou o maiô, e eu me dei conta e peguei a bermuda escondido, pois não sabia se daria conta e a família ainda não sabia. Ela pegou o maiô e foi no banheiro se trocar. Quando encontrei ela pedi para trocar o maiô e dei o calção de banho. Não precisou nada, ela se tocou na hora. Trocou, não reclamou, e brincou como se não tivesse acontecido nada. No fim da festa, quando entramos no carro ela falou “pai, eu não vou mais fazer aniversário na escola de patinação, pois eu quero chamar bem poucas pessoas. Só quem eu quero. E quero estar de menina”. Até mudou o tema para My Little Pony [faz sinal com as mãos que indica mudança repentina]. A partir daí as coisas já foram aumentando muito. Nessa festa já tinha a família, amigos próximos, que já viam ela de *colant*, pois nas aulas ela já usava essa roupa. Só na escola, que como usava uniforme, não diferenciava.

Passado um tempo, ela também quis começar a usar uniformes femininos no colégio. Mas teve todo um conflito. Ela queria muito, mas chegava na hora e ela desistia, pois ainda tinha um bloqueio. É um grupo grande de crianças.

Nos documentos ela ainda é Vitor, não conseguimos fazer a mudança e ainda vai demorar bastante. É uma coisa que eu tenho medo. O colégio ainda aceita, só que um momento ela vai mudar de colégio. Lá, na chamada e em tudo é Ana Carolina. Em tudo. E assim, no colégio as coisas não foram fáceis, mas também não foram difíceis. A primeira conversa com a diretora foi assim: eu cheguei para entregar o material escolar e aproveitei para falar com a diretora. Expliquei que a Ana é uma criança trans, levei o laudo da psicóloga e a primeira coisa que ela respondeu foi “vai usar o uniforme né? Então não tem problema”. Do tipo: “não vamos precisar lidar com isso”. A segunda medida que eles tomaram foi abolir as filas de gênero, de meninos e meninas. Mas não era para incluir, era para tapar o sol. Portanto, a escola foi adotando medidas, mas não no sentido de fazer isso para a pessoa se sentir melhor, só para que não tivesse problema mesmo.

Ao mesmo tempo desse processo todo, o cabelo da Ana foi crescendo, o brinco foi aumentando, e naquele momento a escola tinha que apoiar, pois as crianças ficavam provocando também. Eles passaram realmente a tentar incluir. O que eu

digo é, na medida do possível, fazer com que aconteça a inclusão. Hoje as pessoas olham para ela e esperam que ela tenha um comportamento feminino, que ela tenha brincos, que ela use salto. O estereótipo feminino de uma menina trans é muito mais gritante que outras meninas. A Luísa, por exemplo, pode jogar bola. A Ana não pode. A Luísa pode sentar da mesma forma que senta o irmão, a Ana não, pois já vem o julgamento: “mas se ela é menina, como ela pode sentar assim?”. Essas são as dificuldades. No começo nós também acabávamos exigindo, hoje não mais. E porque exigíamos, pois também éramos cobrados pra encaixar ela em um padrão. Por conta da aceitação dos outros. Nós trabalhamos com crianças, sabemos como é. Pais nos falaram: “não vamos colocar meu filho num lugar que tem uma criança trans. O que vai ser do meu filho? O que vai virar?”. Eu parei de ficar pensando nessas coisas. Hoje sei que ela pode ser uma menina que gosta de bola, que se veste como uma menina, pode usar roupas mais masculinas. Já desencanei. Ela é feminina, ela gosta de se pentear. O cabelo dela é o seu empoderamento. Ela não corta, ninguém mexe. Se nós quisermos alguma coisa, o cabelo é o poder de troca, só dizer que vamos cortar o cabelo. (risos.) Ela cuida como se fosse...

O que empodera ela é o cabelo. Hoje, ela não tem testosterona nenhum. Brincamos que ela é mais menina que a Luísa. Luísa, Ana e o irmão têm o mesmo nível de testosterona. Quando entra na pré-puberdade, dá um start nos níveis de hormônios. Quando a Luísa entrar na puberdade o testosterona dela vai pra 100, e o da Ana iria para 200, mas com o acompanhamento do HC a gente vai fazer o bloqueio hormonal e ela vai ter menos testosterona que uma menina cisgênera. Por que vamos fazer o bloqueio? Pois se não fizer, a prega vocal desce e a masculinização do corpo acontece. Tudo. Então, pra gente, resguardar ela é importante. E se aos 16 anos ela resolver destransicionar? O médico foi bem claro, para o bloqueio e a testosterona biológica vem com tudo.

Para esse apoio, foi em fevereiro de 2017 que eu mandei um e-mail para o HC. Para ver como era o atendimento. Em setembro do ano passado começamos a consultar e estamos lá até hoje. A psicóloga da Ana foi ao primeiro atendimento, para conversar e conhecer como é, e receber orientações sobre que deveria fazer no atendimento aqui. O atendimento da Ana dura entre 10 a 20 minutos, pois ela está tão bem e está muito segura que é uma criança trans. Agora o que ela não está muito a fim é de se rotular e divulgar que é trans. Ela entende que é. Isso (eu como pai posso estar errado) acho que não posso tirar, essa vivência dela de que é uma

menina trans e de que nunca vai ser uma menina cisgênera. A vivência de vida dela é uma vivência trans. Se ela for se relacionar, ela vai ter que contar para o marido. E hoje ela se sente tranquila. Nós estamos mais tranquilos também em relação à opinião dos outros pois, o que mais machuca é isso.

Sempre tem uma pessoa que fala “ah põe ele no muay thai, bota no futebol, tira do balé”. Mas não adianta, não tem o que fazer. É dela e não tem o que fazer.

Teve uma vez que na escola uma mãe chegou para a Ana e perguntou “qual é o seu nome?”. Na época a Ana tinha 8 anos de idade e respondeu “Ana”. A Ana é muito forte e decidida e respondeu “É Vitor, mas eu sou menina e meu nome agora é Ana”. A mulher ficou branca. (risos.) Mas a Ana não tem essa mesma força no colégio. Agora que ela começou a ter, pois visualmente já veem ela como menina. Já chamaram ela de mulher macho. (pausa.) Mas agora está mais tranquilo. A evolução no colégio foi absurda.

Hoje no colégio é só Ana Carolina. No boletim é Ana Carolina, na chamada Ana Carolina. Não existe mais Vitor. Em contrapartida, o banheiro ela tem problema. É o feminino que ela vai usar. E na verdade ela também não vai ao banheiro, vai para lavar mão só. Eu perguntava, e percebemos que ela estava mentindo que ia, a psicóloga também suspeitou isso. Sabemos que a escola é um ambiente que ela tem medo.

Para os irmãos ela é Ana. Mas sempre fomos muito transparentes com ela, do que ela vai enfrentar. Para mim ela é uma menina trans. Uma menina. Mas não tem como esconder. Ela tinha uma preocupação em esconder o sexo biológico. Quando começamos a ir no HC ela achava que iria fazer a cirurgia. Até que teve um dia que fomos ao HC e chegamos novamente em casa, os irmãos foram até a Ana correndo e pediram “mostra Ana, mostra”. (risos.) Tem até uma naturalidade deles em ver ela como menina. Agora ela não tem mais essa coisa de querer fazer cirurgia. As pessoas de fora já opinam no sentido de ter que fazer o procedimento, sabe? Se espera que com 18 anos se faça a cirurgia. Mas não só esse tipo de expectativa. Quando chegar a adolescência, para começar a namorar, por exemplo, vai ser outra batalha que a gente vai ter.

Os medos, nem parei pra pensar ainda. Vivemos um dia de cada vez. Eu sei que a gente vai sofrer muito com ela quando chegar na adolescência, principalmente na hora de namorar. Pois vai chegar um momento que “por que todo mundo namora e eu não posso namorar?” ou “por que eu não tenho peito?”. Até porque ela só vai

desenvolver seios quando começar o tratamento com estrogênio, a partir dos 16 anos. Então assim, a gente já pensou muitas coisas e coisas, que criaram um bloqueio que privou ela de algumas coisas. Ela vai ter a privação normal da vida dela e também talvez a nossa, que vamos privar achando que vai ser melhor para ela. Para ela não sofrer.

Pro futuro, eu espero que ela consiga estudar fora do país. Não tem nada que eu te diga que espero dela, diferente do que espero para os irmãos dela. A gente luta também que os direitos dela sejam preservados, e que ela vá amadurecendo. Hoje eu tô preparado para a decisão que ela vá tomar. A vida é dela. Tem mãe no HC que já está juntando dinheiro para filha de 5 anos fazer cirurgia no futuro. Mas eu penso que tá, quem disse que ela vai querer? Antes eu também pensava assim, mas não é isso. Eu até posso pensar em guardar dinheiro para caso ela queira. Por isso hoje, a gente batalha muito para que ela saiba que é uma menina trans.

Decupagem da entrevista com Claudete Maria Boehm, avó de Yann, realizada no dia 11 de agosto de 2018, com duração de 1h32 minutos. Edição bruta.

Pra nós foi novo, pois desde pequeno ele já dizia “não sou menina, sou menino”. Achava uns nomes para ele, uma época ele foi Felipe. Não suportava ganhar brinquedos de menina. A roupa, nem pensar. Com dois anos eu coloquei um vestido e ele não aceitou, arrancava. Quando engatinhava, eu lembro que ele engatinhava, parava pra brincar e de vez em quando parava para tentar tirar o vestido. Ele teve a infância toda falando isso para nós, mas a gente não entendia. E todos os pais vão falar que a gente acha que é fase. Tem muitas crianças que passam por fases, só não sabíamos que não era fase, é uma coisa dele, desde que se entendeu por gente.

Com sete anos começaram umas dificuldades na escola. Aquela coisa de não querer o nome no quadro... Deixava as vezes de fazer educação física pois tinha que ficar na fila das meninas. E outros conflitos que surgiram na escola. Foram uns anos, dos 7 aos 9, de muito trabalho em cima disso. Aí a gente procurou uma endocrinologista por uma outra razão, mas que tinha a ver com o emocional, e ela por sua vez aconselhou ir numa psiquiatra. A psiquiatra aconselhou a psicóloga. Psicóloga no colégio e psicóloga particular tratando ele desde os sete anos. Até que

dos 9 para os 10 ele explodiu. Falou que não suportava ser chamado assim, não queria, não era isso. Uma dessas explosões foi junto com a médica. Ela ficou um tanto surpresa e conversou com o doutor Alexandre Sadeeh. Foi fantástico. Fez esse contato e marcou uma hora para conversar com ele no Hospital das Clínicas. Isso foi em 2015. O médico marca a visita do Yann a cada dois ou três meses. O doutor Sadehh coordena o grupo dos pais, um bate papo. Conversamos sobre o que aconteceu, por vezes o doutor interfere, propondo uma discussão, questionamentos. A roupa foi a primeira manifestação. Depois teve a fase de querer as coisas de menino. Se vestir, ele sempre se vestiu com camiseta e bermuda. A cor rosa foi totalmente eliminada do guarda roupa dele. Eu sempre percebi essa coisa diferente, mas sempre achei que era fase. Foi através da médica que fomos acompanhando, e ela também não sabendo o que fazer.

Tem uma confusão com a identidade de gênero, com as variantes da homossexualidade. Isso se mistura. Até pouco tempo as crianças trans foram misturadas, sem entendimento do que é. Que transgênero é uma pessoa que nasceu no corpo errado, nada mais do que isso. Aí a gente tem que lutar a vida inteira, para que se torne uma pessoa adequada à sua cabeça.

Na família não há nenhum problema. Houve falta de entendimento, não falta de aceitação. Depois que eu voltei de São Paulo, eu comuniquei o que o médico disse, e passei a informação para toda a família. E ponto final. A gente não tinha o conhecimento, e a partir do momento que conhece, forma a opinião. Até eu, eu não sabia como agir. Na família não existe falta de amor. Existia só falta de conhecimento.

Foi por meio do acompanhamento médico que passei a conhecer mais sobre o assunto. Até então, nem na televisão a gente tinha visto algo em relação. Então, a partir dali foi um marco. A partir do momento que descobrimos o que estava acontecendo, parece que dali pra frente o horizonte abriu. [Tira de uma gaveta revistas com reportagens sobre transgeneridade] Tanto para nós quanto para os meios de televisão. Até porque, quando você não se interessa pelo assunto você não vai atrás, mas quando interessa, pesquisa, vai atrás. Aí para mim, foi o HC que abriu as portas para o nosso conhecimento.

Ele faz acompanhamento com a psicóloga desde os 7 anos. Houve a explosão por parte dele, por não aceitar mais a situação. E corremos atrás para entender o que

fazer. Teve o acompanhamento lá no HC. Desde lá a gente faz acompanhamento em SP e em Joinville.

Na escola foi interessante pois, o próprio hospital ligou para a escola, nesse primeiro retorno nosso do atendimento. O Hospital ligou para a escola dizendo que fosse observada a situação e aceito o nome social. Foi bem na volta das férias, e a coordenação já me procurou para dizer que haviam sido procurados pelo Hospital das Clínicas e queriam saber se havia fundamento, e se era verdade. Eu afirmei que era, me reuni com o coordenador, com a psicóloga e com o diretor. Expliquei para eles sobre a consulta, e a partir daquele dia foi praticamente resolvido no colégio, principalmente em relação ao nome social. Mas precisou de um tempo de adaptação.

Estamos entrando com um processo judicial, para mudança de nome, gênero e o que for necessário. Pedindo que seja oficializado ao MEC, e também que ele seja dispensado do serviço militar quando tiver 18 anos. Todos os documentos do colégio foram assim. Os lugares que ele frequenta e como foi conhecido, vem tudo como Yann. O certificado do Judô, por exemplo, veio com o nome Yann. CPF já está com o nome social... Carteirinha do colégio com o nome social.

O colégio foi um divisor de águas, eu não esperava tanta receptividade. Teve um dia que a psicóloga do colégio usou uma aula para fazer uma breve explicação sobre a transgeneridade, explicou que agora o Yann gostaria de ser chamado por esse nome (ele não estava nessa aula). Como todos estudam juntos desde os sete anos não deram muita bola. No colégio hoje ele é chamado por Yann. O único documento que não está com o nome social é a identidade, o registro de nascimento e a matrícula da escola, que continua com o registro civil, pois eles não podem fazer diferente, até que seja judicialmente mudado. A chamada da escola não está com o nome, mas as professoras sabem. Na chamada em papel, elas riscam e colocam o nome Yann.

Na escola, houve um período de adaptação, a questão do banheiro que foi oferecido o banheiro de família, e hoje ele usa o banheiro dos meninos. Assim que o colégio tomou conhecimento. Outra coisa que foi interessante foi o fato de que, a gente sempre teve um grupo de mães, que sempre estávamos juntas, se reunindo para café. Peguei as mães que eu conhecia e tinha uma aproximação, convidei para um café e expliquei o que estava acontecendo com o Yann, as orientações que tivemos

em São Paulo. Para ele não foi uma transição, para mim foi um pouco. Me senti na obrigação de explicar para elas o que estava acontecendo.

Ele faz bloqueio da puberdade. Toma um medicamento uma vez por mês, o Lectrum. Tem efeito colateral, que inibe o crescimento. Até os 16 anos o Yann vai usar esse medicamento. Uma dose por mês. E em conjunto, ele tem que tomar o remédio que estimula o crescimento, chama-se Omnitrope. Com 9 pra 10 anos ele começou o bloqueio da puberdade. Eu soube que em Blumenau faz cirurgia de redesignação. Porém, já estou inscrevendo o Yann no HC, para fazer tudo lá, pois já faz acompanhamento desde cedo lá, os médicos já conhecem. Para ele é aberta a possibilidade se ele quiser. No HC atualmente ele faz acompanhamento médico e psicológico.

Eu imagino para ele um futuro muito bom, pois procuro passar valores bons de família, de estudo. A gente investe muito no estudo dele. A família toda, acho que temos uma relação bacana. Ao menos é o que eu espero e o que eu acho. Vejo que de tudo o que ele convive, só pode tirar coisas boas.

Tenho medos, na questão dele próprio. Um pouco de medo da sociedade, pois agora ele está cercado, com uma família que apoia, uma escola que está junto. Tem todo o atendimento que precisa, médico e psicológico. Meu medo é quando ele sair dessa cerca e for caminhar sozinho, isso me preocupa e dá medo. Até lá, a questão social vai estar melhor, pois eu acredito que agora é só evolução. Quanto mais esclarecimento maior a evolução.

Decupagem da entrevista com Ibson Eduardo Batista, coordenador do Núcleo de Psicologia do Grupo Dignidade, realizada no dia 28 de setembro de 2018, com duração de 1h32 minutos. Edição bruta.

A transgeneridade está presente no DSM. Há dois lados: se não fala no assunto é como se não existisse. Estar ali no DSM naquele momento é importante para conseguir um atendimento que é negado muitas vezes. Pois se não estivesse ali, os médicos não falaria sobre eles e também não teriam acesso. Por esses motivos é válido. Em contrapartida, tem a questão da discriminação, e que pega para o lado negativo.

Se formos falar sobre as atitudes que uma pessoa transgênera apresenta, é complicado falar sobre o que pode indicar a criança ser transexual. No DSM diz coisas tão sem cabeça. Dizia assim: se você está brincando de boneca, ou brinquedo do sexo oposto, há uma disforia de gênero. Então, é complicado. Aqui [no Grupo Dignidade], por exemplo, atendemos muitas pessoas não binárias, que não se identificam com nenhum dos gêneros. Elas chegam aqui falando que é uma pessoa trans, e na terapia começa a perceber que não se encaixa em nenhuma figura. Ela chega aqui e começamos a trabalhar, perguntar por que ela acha isso, o que sente, qual a visão de mundo. Trazemos referências e pessoas trans para conversar. Depois desse processo, algumas compreendem que não é bem com isso que ela se identifica. Eu mostro que não tem problema não se identificar nem com um nem com o outro. Não tem que se colocar numa caixinha, e tem que ficar feliz com ele mesmo.

Do reconhecimento da transgeneridade na infância, trabalho com pessoas aqui no Grupo, que por vezes teria sido melhor que tivessem começado o processo mais cedo, pois teria evitado todo um sofrimento. Existem as pessoas que a gente atende aqui que ficam em dúvida, e têm outras que desde o começo não se sentem no próprio corpo. E nesses casos, quando mais cedo começar o processo, para ela vai ser melhor, o desenvolvimento será melhor também. Ela vai ser feliz e mais bem resolvida. Se conversar com uma pessoa trans que tiveram esse acesso ao processo mais jovem, ela vai ser muito mais desenvolvida e comunicativa, feliz, do que aquelas que passaram pelo processo mais tarde.

O Brasil é hoje o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Então a transfobia, quase 100% das pessoas passam. Há dificuldade do acesso à saúde, dificuldade para conseguir empregos. Há um grande saldo de pessoas na prostituição, mas não porque elas querem estar lá. No caso da criança, a escola é a segunda casa da criança e do adolescente, por lá passa o processo de formação da identidade. A escola é espaço de preconceito e de machismo. A criança trans sofre muito sim, pois mexe com a questão da autoestima. Muitos deixam a escola, pelo fato de não conseguirem enfrentar os preconceitos. Os professores também não estão capacitados para lidar com eles. Então, é um processo que pode gerar sofrimento sim. Às vezes, em casa, a criança ou adolescente já sofre preconceito dos pais e quando chega na escola, que deveria ser um espaço acolhedor. Ela desempenha o mesmo papel.

É extremamente importante a criança ser reconhecida na escola, não pelo fato do seu gênero ou identidade sexual. É importante ser reconhecida como pessoa e respeitada pela sua identidade de gênero. O gênero é um fator, dentre outros como o caráter, características, gostos, opiniões...

Acho que é extremamente importante a entrada da educação sexual nas escolas. A partir do momento que há a entrada da informação para crianças e adolescentes, estamos criando adultos que não discriminarão pessoas, pois entendem as diferenças. Quando falamos de educação sexual, não é que vai ensinar sexo ao seu filho. Vai ensinar o respeito e que somos uma diversidade. Que a diversidade é bonita e que podemos conviver com isso.

Pessoas trans não gostam do rótulo, pois eles querem apenas ser eles. Há também o fato de que a sociedade em geral associa a pessoa trans com o “mas”. Exemplo, “é uma mulher, ‘mas’ é trans”. Como se não fosse uma mulher 100%. Por isso essa percepção da pessoa trans, que quer se distanciar da transgeneridade no futuro.

Há uma crítica sobre a necessidade ao laudo de um psicólogo alegando a transgeneridade da pessoa transgênera. Na verdade, eu acho que existe uma crítica pelo fato de que: quem sou eu para dizer se a pessoa é homem ou mulher. É complicado chegar para uma pessoa e determinar, tudo isso porque ela fez algumas sessões comigo e eu que determinei. Só realmente a pessoa quem sabe. Não tem como eu dizer. E tem um movimento dos psicólogos muito grande. É bom que tenha a atual decisão do STF [que determina que para a alteração no nome, não é preciso que a pessoa tenha passado por cirurgia de redesignação sexual], por exemplo, que determina que não precisa do laudo para usar o nome social. Tem as evoluções.

Decupagem da entrevista com Job dos reis, psicólogo e colaborador no Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas de São Paulo, realizada no dia 2 de outubro de 2018, com duração de 56 minutos. Edição bruta.

O que eu posso afirmar com toda a certeza e clareza, é que somos o primeiro ambulatório a oferecer atendimento para crianças e adolescentes. O ambulatório foi criado em 2010. Eu posso dizer que de crianças, era uma média de 80 crianças em acompanhamento. Tínhamos uma lista de espera: 160 crianças e adolescentes, que

esperavam pelo processo de triagem. A nossa demanda é grande pelo número de pessoas que temos na equipe e espaço para atender. São 180 adolescentes em acompanhamento atualmente.

O ambulatório começa a ser procurado principalmente para as crianças, e a média de idade é a partir de 4 anos, que é a maior procura. Num primeiro momento, os únicos que pode procurar o ambulatório para a criança e adolescente são os pais e responsáveis legais.

Os serviços hoje são assim: a pessoa chegando no ambulatório nós criamos um grupo de acolhimento, onde oferecemos encontros a cada dois meses, e vamos chamando de acordo com a lista de espera. Vamos chamando um grupo de pessoas, em média 40 pessoas. Essas pessoas vão ser recebidas no ambulatório, vamos explicar como o ambulatório funciona, tira dúvidas. A partir do momento que a criança e adolescente é chamada para a triagem e aí sim vai para a avaliação psiquiátrica. Esse atendimento não é no sentido de só fazer, entre aspas, um diagnóstico da transexualidade. Mas no sentido de identificar se não existem outras comorbidades psiquiátricas, ou outro problema de ordem médica, que precisa ser direcionado para outros acompanhamentos. Pode ser acompanhamento endócrino, otorrino, cirúrgico, alguma outra coisa que não tenha a ver com a transexualidade. Depois tem uma avaliação psicossocial, que vai acompanhar a situação social, econômica, a interação da família com o entorno, a situação pessoal, tudo o que cabe à área da assistência social. Depois disso, vai passar pela avaliação psicológica. Dependendo do que foi observado pela psiquiatria, pode ser que precise de uma avaliação mais aprofundada e temos uma equipe de neuropsicologia, para ver se tem algum outro comprometimento que possa de alguma forma comprometer o que a criança e adolescente verbaliza sobre a sua identidade de gênero. Depois os outros serviços vão ser: acompanhamento psicoterápico; no dia que tem atendimento de pais, existe um grupo de brincar, que é um grupo lúdico que as crianças interagem entre elas e também os profissionais observam como é a expressão de gênero. Temos o atendimento familiar, se a gente entende que tem uma demanda muito específica que o grupo de pais não está dando conta. Temos também atendimento fonoaudiológico, mais voltado para adultos. Temos atendimento ginecológico, para adolescentes e adultos. Para adultos ela faz a parte da endocrinologia. O que nós temos hoje no ambulatório são construções que surgem conforme a demanda.

Nós temos o que nós chamamos de grupo de pais. Quando a criança chega ao ambulatório tem um caminho que ela faz. A criança vai passar por uma triagem inicialmente. Quem faz a triagem é só o Dr. Alexandre Saadeh, e depois ela vai para a avaliação psiquiátrica e psicológica. Depois de passar por essa avaliação, os pais já estão automaticamente convocados a participar desses grupos de pais. Tem o grupo para pais de adolescentes e grupo para pais de crianças. Não é especificamente só para os pais, podem participar também os familiares.

Nesse grupo de acolhimento, que é nosso primeiro contato com as famílias, geralmente as dúvidas são: como é que a gente lida com as questões do dia a di;, como vamos lidar com as questões sociais; como vou lidar com a escola; com as questões sociais do entorno; se isso pode ser um período. As angústias principais são essas.

Os impasses, conforme o acompanhamento, mudam. Mudam não no sentido de que as questões ficam mais complexas, é no sentido quando você está na infância o questionamento é um. Depois muda. Na adolescência começa o processo transsexualizador. Aí obviamente os pais começam a questionar os efeitos das intervenções no corpo, efeitos dos hormônios... Cada fase é um tipo de questionamento sim. Os pais vão aprendendo a fazer enfrentamentos, a lidar com a escola, a lidar com situações de preconceito. Acabam virando referência para os pais mais novos que participam do grupo de pais.

Sobre a origem da transgeneridade, nós não temos uma unanimidade, um consenso. Mas no ambulatório, os profissionais que trabalham aqui, nós entendemos que é um processo, assim como a sexualidade do indivíduo. Ela é biopsicossocial. Podem ter elementos biológicos, que ainda tem muitos estudos, estudos conclusivos, ao trabalhar com questões diárias do cérebro. Mas num primeiro momento a gente trabalha com essa abordagem biopsicossocial. Nós não trabalhamos como a linha da Judith Butler, que fala que é um processo exclusivo como uma construção social. Dentro da psicologia a gente trabalha numa perspectiva sociohistórica, que diz que tem questões biológicas, mais questões sociais, culturais, o contexto... A linha biopsicossocial, esse é o pilar que sustenta a nossa compreensão da transexualidade.

A gente trabalha dentro da referência dos manuais e de classificação dos transtornos. Embora tenham algumas mudanças que aconteceram no DSM 5 e no CID-11 que tá para sair ano que vem, a gente já não tem mais a transexualidade

dentro de transtornos e sim uma condição de saúde. Assim, o DSM 5 vai trabalhar com a disforia de gênero na infância. Então ele vai entender quer: preferências por pessoas do gênero oposto ao sexo biológico dela. Então se ela nasceu menina, mas a identificação é menino, ela vai buscar meninos para atividades. Rejeição à brinquedos, jogos e atividades típicas do gênero que remete ao sexo biológico da criança, uma forte rejeição desde pequena pela própria anatomia sexual, não querer tocar, não querer ter um pênis, não querer ter uma vagina. Manifestar um forte desejo de ter características sexuais, primárias e secundárias, correspondente ao gênero referenciado. Geralmente essas são as questões que a gente acaba observando, e que podem indicar uma questão de gênero. Acessórios também entram nisso.

O bloqueio hormonal funciona assim: a criança chegou na ambulatório e passou por esse processo de acompanhamento. Daí vai chegar um dado momento que a criança vai chegar próximo de chegar na puberdade. Se até esse momento a gente entende que existe essa persistência, é importante isso. Nem todas as crianças que vão pro ambulatório vão ficar no ambulatório. Pode acontecer de, em algumas crianças, ser uma fase apenas. Principalmente no caso das meninas transgêneras, o universo feminino é muito interessante, mais lúdico, mais colorido, mais roupas, brinquedos. Isso acaba despertando o interesse dos meninos e de repente é só o interesse, não tem uma questão de gênero específica. Se for uma fase, vai chegar um dado momento que a gente vai concluir que ela não tem uma questão de gênero e vai deixar o ambulatório. Caso persista, aí a gente vai aguardar a criança entrar nas fases de Turner e vai encaminhar, em concordância com os pais, para o Instituto da Criança e para a endócrino. Esse encaminhamento é para fazer o bloqueio hormonal. Geralmente isso deve ocorrer por volta dos 12 anos de idade.

A medicação mais usada nesse bloqueio hormonal chama-se Lupron ou Leuprolide, que é uma medicação injetável de uso mensal, que vai atuar na hipófise e hipotálamo, e vai inibir a produção dos hormônios. O SUS oferece essa medicação hoje para o caso das crianças que entram precocemente no estágio de turner. Não oferece essa medicação para crianças transgêneras.

E por que bloquear e não entrar direto no tratamento hormonal? É que assim, vamos entender que nem toda a criança que procura o ambulatório vai se conformar. A gente sabe que a adolescência é uma fase muito decisiva tanto na personalidade das pessoas como outras questões emocionais. O que a gente

percebe: que crianças que têm transtorno de identidade de gênero (usando a classificação do CID-10) podem apresentar uma grande disforia de gênero na adolescência. Contudo, em um primeiro momento, não fazemos nenhuma intervenção nesse processo, no sentido de aplicar hormônio, pois pode haver mudanças. O que a gente acha adequado. Na fase puberal bloquear hormônios, porque o que acontece: a criança não vai ter desenvolvimento dos caracteres secundários, ou seja, a menina (no sentido biológico) não vai ter desenvolvimento das mamas, aos meninos não vai aparecer barba... Nesse sentido tem essa interrupção do desenvolvimento dos caracteres. Isso até por volta dos 16 anos. Com 16 anos de idade, já se passaram uma média de 4 anos, que a criança emocionalmente já teve um amadurecimento e uma maior certeza daquilo que ela realmente é, da sua identidade. Se isso se confirmar, a gente libera do bloqueio hormonal e aí sim entra com a terapia hormonal, com os hormônios correspondentes ao gênero do qual a pessoa se identifica.

Nem todas as pessoas transgêneras ou transexuais vão ter grande disforia com a parte corporal. Pode acontecer com pessoas que não desejam fazer a cirurgia de redesignação, por exemplo. Mas, deseja tirar a mama. Por outro lado, o que temos que pensar é que, se a pessoa não fez bloqueio, mas num dado momento ela quer adquirir as características do gênero que ela se identifica, essas características vão ser mais difíceis. Por exemplo, uma mulher trans, se não fez o bloqueio lá no início, ela vai ter ombros largos, que é uma característica do sexo do macho. Ter mãos grandes, voz grossa, isso a gente não consegue mudar.

O efeito que mais é conhecido no bloqueio hormonal e que a gente acompanha, é a perda no desenvolvimento ósseo, ou seja, no tamanho. Num dado momento, quando você começar a hormonização, a tendência é a criança crescer menos. Isso acontece com as crianças que fazem o bloqueio por puberdade precoce. Talvez seja o mais comum. Mas não é nada que tenha grande comprometimento.

A princípio a gente entende o termo guarda-chuva, das outras identidades presentes dentro da transgeneridade, mas num primeiro momento estamos trabalhando com a ideia do indivíduo transgênero e dentro do guarda-chuva o transexual. Ou seja, aquele indivíduo que de alguma forma, dentro do processo, vai desejar fazer uso das tecnologias para modificação corporal, seja hormonal ou cirúrgica. O indivíduo que não deseja fazer nenhuma alteração no corpo, nenhuma mudança nesse sentido, ele não tem perfil para o ambulatório. Ele já sabe o que ele quer e o que

deseja, a gente não acompanha. O que pode acontecer é o indivíduo chegar ao ambulatório, passar pelos acompanhamentos e perceber que o ambulatório não tem um sentido para ele.

O nosso posicionamento é: nós vamos atender aqueles que de alguma forma desejam fazer o uso de alguma tecnologia para mudança corporal. Claro que vamos dar suporte emocional, mas que haja essa necessidade. Caso não tenha essa necessidade, a pessoa não precisa estar no serviço. Então eu entendo a crítica da Letícia, inclusive ela faz uma crítica bem pesada ao nosso ambulatório, mas nós temos uma perspectiva de saúde. Nessa perspectiva, hoje nós temos muitos casos de suicídio e automutilação de adolescentes. Então a gente não pode fechar os olhos para essa realidade. Claro que em nenhum momento do processo, lá no ambulatório a gente induz uma pessoa a fazer hormonioterapia, ou fazer cirurgia. A gente vai trabalhar de acordo com a demanda da pessoa. Se um dado momento a pessoa não inclui hormônio ou cirurgia, ela vai simplesmente deixar o serviço. Ela vai receber o apoio na forma de lidar com família, amigos, preconceito. Esse suporte ela vai ter no ambulatório. Mas ela não vai ter nenhuma questão para ser trabalhada dentro do serviço que o ambulatório vai oferecer. Essa é a nossa perspectiva, mas nós aceitamos sim e usamos a imagem do guarda-chuva da transgeneridade, que é da própria Letícia Lanz.

Decupagem da entrevista com Letícia Lanz, psicanalista e mestre em Sociologia, Gênero e Sexualidade, realizada no dia 3 de setembro de 2018, com duração de 1h29 minutos. Edição bruta.

Uma coisa simples e ao mesmo tempo complexa, sobretudo se eu relacionar o termo transgênero com as transidentidades. Vamos cair num campo identitário, a sociedade organiza as pessoas em dois grupos: homens e mulheres. Isso em função do órgão genital que a pessoa tranz quando nasce. A natureza fornece as pessoas em quatro modalidades, macho, fêmea, intersexual e nulo. Sendo que essas duas últimas são inteiramente desprezadas. Inclusive a busca pela normalização é quase patológica, pois a criança que nasce com uma vagina e um pênis, eles cortam ou costuram. Hoje já existe um cuidado com isso. Mas porque eles têm necessidade de classificar a pessoa dentro de um sistema jurídico de sociedade. Tô te dizendo isso para mostrar que identidade de gênero não tem nada

a ver com patologia, com doença. Está inteiramente fora do campo médico, mas é assim que vem sendo tratada desde o século 19, graças ao positivismo e sua tentativa de reduzir todas as leis gerais. Em função disso, apareceram manuais patologizando comportamentos, e chamando atenção para essa patologização. Então o foco ficou muito mais no patológico, o phatos, do que no ethos. Acontece que o que prevalece é o ethos. Quando eu decidi que tinha que escrever um manual sobre transgêneros, eu não fui procurar fazer minha dissertação no campo da psicologia ou da psicanálise. Eu fui para a sociologia, pois eu queria esse fundamento sociológico, da norma. O que é o transgênero? O que fere a norma. E o que é a norma? A norma é que: se você nasce com pênis, você é classificado como homem. Se você nasce com uma vagina, você é classificado como mulher. Homem e mulher são construções sociais, de natureza política, cultural, histórica, tudo. Tá na base da organização social. A sociedade se apropria de um dado da natureza e normaliza um discurso, que se torna normatizando. Como se fosse natural a questão de uma pessoa que nasce macho é homem. E a minha vida sempre mostrou isso. Eu nasci macho, mas não sou homem. Eu nunca me enquadrei no modelo que a sociedade fornece de homem, pois eu sempre tive identificação com o mundo feminino. Além de me identificar com o mundo feminino, eu queria ficar com mulheres. Isso criava muito problema para mim, de ordem institucional.

Então quando você tem toda uma descarga social em cima de uma transidentidade ou travesti, não é pelo que ela está fazendo, mas porque ela está ferindo uma norma fundamental da sociedade. Então essa compreensão é fundamental, pois o movimento transgênero surgiu daí, em 1992.

O primeiro ponto é esse: quando a gente trata a pessoa transgênera, nós não estamos falando de patologia. Nós estamos falando maciçamente de transgressão de norma social. São as normas que determinam o que são comportamentos aceitos e rejeitados, e construídas em cima de necessidades políticas e econômicas.

Há confusão entre identidade de gênero e orientação sexual, que vem de discursos normativos. Quando eu falo de gênero, eu não vou falar de transexual, que foi uma classificação criada por Harry Benjamin na década de 50, numa escala fodida. Como se fosse um sistema de upgrade. Pois é assim que as transexuais se sentem, tipo “eu opere e estou com tudo”. Peraí, nós entramos em outro terreno. O corpo é o que determina o gênero? Para eu ser identificada como mulher eu tenho que corresponder aos estereótipos de mulher? A Mulher de novo normatizada pela

sociedade, que fazem a mulher enlouquecer pois, não corresponde àquele estereótipo.

“Ninguém nasce mulher, se torna”. Isso que a Simone disse, é obrigado a aprender. E aí de você se não aprender. Eu passei por isso, é minha vida. Eu que sei o que acontecia comigo quando eu buscava o brinquedo da menina, ou a roupa da menina, que eram coisas que me atraíram a vida inteira. Não me pergunte porque, pois não é uma atração de ordem estética, é uma atração... Pode ter fatores de todas as ordens.

Em relação às crianças, minha posição: eu sou totalmente contrária a classificar crianças em homem e mulher. Criança é criança. Quando a criança nasce não precisa por gênero. A questão de gênero, antes de mais nada, é essa imposição, jurídica, institucional. Agora, o que as famílias e as escolas fazem? Transformam o gênero no centro na vida da pessoa, como se sexo fosse destino. Mais tarde Freud falou disso, a anatomia destino. Quer dizer, o fato de você ter um pinto determina o que você pode ou não fazer. O que é uma contradição. Na hora que nascem só olham o que está entre as pernas, mais nada. Quanto à identificação, não olha nada disso. Eu fui uma pessoa transgênera a vida inteira, até quando eu entendi o que estava acontecendo comigo. O que se faz com a criança dentro da escola. A Guacira Lopes Louro diz que a escola existe para treinar homem e treinar mulher. Agora, vamos prosseguir nessa linha que vamos desaguar na orientação sexual. Se um menino apresenta preferência por um brinquedo da menina, o que ele é classificado na hora? de viado. Mais uma vez o binarismo presente. Eu sou uma mulher trans lésbica. E isso foi um drama para mim, pois eles queriam me convencer que eu era viado. A escola vai classificar precariamente. Nós sabemos que orientação sexual vai se definir no final da adolescência. Quando se define. Então faz sentido a escola fazer uma separação rígida? Pois na empresa, na vida, ninguém vive dessa maneira segregada. E segundo, para que mundo estão treinando essas pessoas? O erro começa na escola, na família. Eu vou te dizer que não é uma festa, no mundo binário, nascer uma pessoa que não está identificada com caixinha de gênero que foi atribuída ao nascer. Eles vão tentar te convencer de todas as maneiras e ficar dentro da caixinha. Aí entra a medicina. Atrasada. Que convence as famílias a tratar, falando que é portador de uma disforia. Sem deixar a criança ser criança. Não é classificar menina, menino. Agora, com as pessoas transgêneras está muito mais difícil. No CID novo mudou de capítulo. Foi para

doença sexual. O que gênero tem a ver com sexo a não ser essa identidade maligna que a sociedade faz na apropriação do órgão sexual. Tem nada a ver, mas está lá. E o pior que são os movimentos sociais batendo palma, pela operação. Não tem nada a ver com o corpo. Para mim você faz o que quiser com ele.

A forma de lidar com crianças é permitir que elas se expressem. Igual a Paula, mãe do João. Uma jornalista de São Paulo. O filho dela de 5 anos virou e falou “mãe, você compra um vestido para mim?”. Ela comprou, e comprou também uma briga na escola. Uma briga que é evitada pelas famílias desses meninos que encaminham para tratamento. São todas crianças tristes. Vai lá para você ver. Primeiro que elas são excluídas, pois são diferentes. É a moral da identidade ou a ética da diferença que prevalece? A minha perspectiva é queer, sendo que essa teoria é para dinamitar qualquer tipo de identidade. Pois, identidade só produz hierarquias. Essa é a minha opinião, deixar as crianças serem crianças, brincar com o que quiserem. Quem é doente é a sociedade. Querer especular a orientação sexual da criança a partir do brinquedo que ela brinca... Ainda cai no outro postulado da Butler: o gênero é fluido. Por diferenças, primeiras manifestações, é muito precário rotular as pessoas de transgêneras. Se a escola fosse diferente, valeria à pena levar em consideração que uma criança persistentemente se identifica com o gênero diferente ao do nascimento. Persistentemente. Mas não uma manifestação.

Fizeram, certa vez, um experimento de gênero, numa idade que elas não foram muito socializadas, o que é difícil hoje. Levaram as crianças em uma loja de departamento. Onde encontraram quase todas depois? No departamento feminino. Pois é mais colorido, atrai mais as crianças. Aqui tem outro ponto que não é discutido pelas instituições médicas tratando crianças transgêneras. Existe em psicologia um negócio chamado efeito pigmaleão, que é um efeito de profecia realizada, uma influência pessoal. O efeito profecia na orientação sexual é “você é viado”, eu passei por isso. Para que? Nós necessitamos dessa legitimação do olhar. Esse é outro perigo. Das crianças transgêneras que são examinadas por essas instituições, entra na lógica heteronormativa. Ou seja, pessoas como eu vão se fuder, pois a minha orientação não é heteronormal. Eu vou ser obrigada a ser viado? É sacanagem classificar uma criança de 5 anos como homossexual, para que ela se torne heterossexual. Pois eu mudo o gênero e passo a ser hetero. Resolve o problema de quem? Da família. Da escola. Da sociedade. Menos da pessoa.

Claro que um adolescente quer fazer tratamento hormonal. O termo em português não existe, que é corporificação. Mas essa corporalidade do gênero é mito. O que a pessoa faz com seu corpo é problema seu. Uma criança de 9 ou 10 anos não tem condição de decidir o corpo que ela quer, pois o corpo dela está em desenvolvimento ainda. É cada vez mais precário. Aí quando os fundamentalistas caem no pau, eles têm razão. É uma produção em série de transexuais. E não é assim não. Vamos com calma.

A possibilidade da escola mudar, não tem. Da família piorou. Então o menino continua sendo cobaia de transformações que ele é induzido a fazer. Você pega 12 crianças rotuladas de transgêneras e põe junto. O que vai ter? Quais são os sonhos que vão sonhar? O que vai induzir? Será que vai se induzir uma vivência de gênero libertária, que permite que ele transite de um gênero pro outro, ou experimentar?

É assim que os gêneros se mantêm, através de terrorismo e vigilância de gênero. Por isso, a Judith Butler fala que não tem um modelo de gênero, é uma paródia sem o original. Isso não é roupa de homem, homem não faz isso. Os meus filhos foram criados soltos. A pessoa mais masculina na minha casa é a minha filha, e ela tem 3 filhos. Os meninos são super maravilhosos e casados. A liberdade na minha casa sempre foi total. Sempre brincavam com os brinquedos que tinham na casa. E ninguém classificou eles. Começou a classificar quando iam para escola. Na família, nunca houve a preocupação sobre: é de menina e é de menino. Eles tiveram chance de ser o que quisessem.

É disso que eu to falando, problematizar uma coisa que não é um problema. E pior, medicalizar. O Foucault diz que, as duas maneiras da sociedade lidar com a transgressão são: o poder de polícia ou a medicalização. Quando não são os dois. Agora pegar as crianças e dizer que é transgênera, medicalizar. Sabe lá se quer mudar o corpo.

Apoio psicoterapêutico é bom só se for ajudá-la a se posicionar dentro de um grupo. Se esse grupo for muito excludente. E aí a primeira recomendação, como uma psicóloga é: mudar de grupo. Se a criança apresenta essa tendência mais libertária, para os pais seria melhor procurar escolas que dão mais abertura para isso, que respeita mais a dinâmica da criança, sem colocar rótulos precários nela.

No ambiente atual, é mais fácil tirar os meninos do grupo hostil do que tomar essas medidas tão precocemente. É muito complexo manter no campo do tratamento hormonal, ou da cirurgia. A sociedade quando institui a categorias de gênero, de

homem e mulher, ela faz isso através da criação de atributos, dentre eles está o vestuário, que está muito ligado aos papéis de gênero e a própria identidade.

A roupa exerce esse papel. Mas vamos pensar: o que aconteceu com a roupa feminina nos últimos 60 anos? Ela se tornou extremamente fluida. A mulher se apropriou de itens do vestuário masculino de maneira muito natural. E passou a usar esses itens, quase por exclusão. O homem também define seu papel pela exclusão dos papéis relativos à mulher. Você não vê homem com bota. Então, no caso, o vestuário da mulher se abriu, a ponto da menina poder pegar a roupa do marido e sair com isso. Para o homem não. É um naipe muito reduzido, com cores muito restritas. Qualquer outra presença de cor já denuncia um vestuário feminino.

As pessoas cada vez mais estão se vestindo de forma mais próxima. A mulher se identifica mais hoje pelos cabelos compridos. O uso da maquiagem é também discreta, a unha pintada. Mas fora isso não vamos ver um grande identificador de gênero. Esse indicativo de que a identidade de gênero vai se manifestar especialmente na roupa era coisa do meu tempo, que mulher usava salto alto ou saia. Mas já não é assim. Quando eu falo corpo da roupa, é um corpo muito mais amplo, o institucional. Eu acho precário identificar o gênero pela preferência por roupas. Tem importância, tem. Mas qual importância seria se a escola ou a família pouco se importasse com a roupa? Então ela vem como identificador de gênero, que eles próprios criam o problema para depois resolver. Queria usar o sapato da minha mãe, talvez no início de maneira lúdica, mas eu era terrivelmente repreendida. Talvez aquela repreensão também contribua para o aumento da curiosidade. Até entender que a minha expressão de gênero não estava vinculada a nenhuma forma de rebeldia.

ANEXO 1 – AMOSTRA DE ILUSTRAÇÕES DO LIVRO



(Ilustração da capa – Erica Passos)



(Ilustrações do corpo do livro – Erica Passos)

ANEXO 2 – AMOSTRA DE PALETA DE CORES NO PROJETO GRÁFICO

(Imagens de projeto gráfico do livro-reportagem – Georgia Walach)